



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA - CAEN
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO

FRANCISCA DISNÊ CÂNDIDO FEITOZA

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS,
PROUNI, NO CURSO DE DIREITO DA FACULDADE PARAÍSO EM
JUAZEIRO DO NORTE - CE

JUAZEIRO DO NORTE

2012

FRANCISCA DISNÊ CÂNDIDO FEITOZA

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS,
PROUNI, NO CURSO DE DIREITO DA FACULDADE PARAÍSO EM
JUAZEIRO DO NORTE - CE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia no Setor Público Projeto – CAEN, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Economia da Universidade Federal do Ceará - UFC.

Orientador: Prof. Dr. Ivan de Oliveira

JUAZEIRO DO NORTE
2012

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS,
PROUNI, NO CURSO DE DIREITO DA FACULDADE PARAÍSO EM
JUAZEIRO DO NORTE - CE

Francisca Disnê Cândido Feitoza

Defesa em: 25/06/2012

Conceito obtido: _____

Nota obtida: _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ivan de Oliveira
Orientador

Profª Drª Estelita Pereira de Lima

Prof.Dr. Paulo de Melo Jorge Neto

Ao Senhor Deus que me criou e que me confiou a missão que na terra com o auxílio Dele eu cumpro. Meus pais Antonio e Santina, que buscando inspiração na família de Jesus, José e Maria, souberam tão bem conduzir a sua própria. As Minhas filhas Carolina e Mariana que com amor e ternura me energizam na grande caminhada.

Nailê, Zilda, Cidinha e João, meus irmão queridos que sem dúvida foram grandes parceiros para que eu pudesse enfrentar a batalha de um Mestrado. Ao meu cunhado Fernando Pimentel cuja iniciativa e força me encorajaram a aventurar-me a realizar este Mestrado. Ao Prof. Dr. Ivan de Oliveira que mais que um orientador foi um amigo, alguém que ajudou a construir o texto dessa dissertação que para mim seria quase impossível, e assim realizar o sonho de ser mestra.

Dedico também aos colegas do Mestrado em Economia do Setor Público, Turma Cariri com quais os quais convivi ao longo de dois anos, construindo uma amizade que irá além do curso.

Por fim, dedico à todos os doutores que foram meus professores no Mestrado e que com sabedoria, disciplina e dedicação, nos animaram e nos conduziram na produção e construção de novos conhecimentos.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus, Pai, Mestre e Criador, que me fortalece e me anima na minha caminhada.

Aos meus pais Antonio e Santina, que juntos intercederam a Deus, em oração, pedindo-Lhe que me iluminasse na elaboração dessa dissertação.

Aos meus irmãos Nailê, Zilda, Cidinha, e João, cujas palavras de força me incentivavam a fazer a mestrado provando a mim mesma que era capaz.

As minhas filhas Carolina e Mariana que souberam entender e aceitar os muitos momentos em que lhes deixei de dar atenção, por conta das leituras que tinha que fazer e dos textos que tinha que escrever em função dessa dissertação.

Ao meu irmão espiritual e cunhado Fernando Pimentel, um dos grandes responsáveis por hoje eu estar concluindo meu mestrado.

A meu Orientador professor Dr. Ivan de Oliveira, a quem serei eternamente grata.

Ao professor José Vieira Monteiro, cuja colaboração neste mestrado, foi de extrema valia.

Agradeço também a direção da Faculdade Paraíso pela sensibilidade e cooperação abrindo espaço para que a pesquisa pudesse ser realizada na instituição. E em especial, aos funcionários Lucilene e Erich cujas informações prestadas foram de suma importância no fechamento dos dados da pesquisa.

E por fim, agradeço aos colegas do Mestrado em Economia do Setor Público, Turma Cariri com quais os quais convivi ao longo de dois anos, construindo uma amizade que irá além do curso, como também aos colegas do CEJA de Barbalha, que de alguma forma contribuíram na realização desse sonho.

Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do vôo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o vôo.

Rubem Alves

RESUMO

A presente dissertação trata das políticas públicas brasileiras que dão acesso à educação superior no Brasil e que foram implantadas pelo governo federal a partir do ano de 2005 com a criação do Programa Universidade Para Todos – PROUNI, com o propósito de ações positivas de inclusão social direcionada as classes menos favorecidas da sociedade brasileira que sempre estiveram ausentes das universidades públicas. Mostra que o Programa foi implantado pelo Ministério da Educação – MEC com o propósito de inclusão socioeducativa associada à política de renúncia fiscal pela União, oferecendo bolsas de estudos integral ou parcial em instituições de ensino superior da rede privada para parcelas da população caracterizadas pela sua situação socioeconômica, étnica e cultural. O objetivo desta pesquisa foi analisar se o PROUNI vem cumprindo seu papel no que diz respeito à concessão de bolsas de estudo seja parcial ou integral, a alunos considerados carentes egressos de escolas públicas ou bolsistas de instituições privadas. A metodologia utilizada para a realização deste trabalho de pesquisa foi dividida em duas partes, a partir da análise de livros, artigos científicos, dissertações e teses que versam sobre a temática, como também estudos trans e/ou interdisciplinares que tratam do Programa em estudo. A segunda parte da pesquisa fundamentou-se em um estudo de caso, a partir das entrevistas feitas com alunos do Curso de Direito da Faculdade Paraíso. Esta pesquisa discorreu sobre políticas públicas de modo geral, em especial às políticas públicas na educação priorizando àquelas voltadas para o ensino superior, mostrando que a inclusão de jovens carentes neste nível da educação brasileira especificamente em IES privadas, sem nenhum custo para os mesmos, é possibilitada pelo PROUNI. Os resultados da pesquisa mostraram que a grande maioria dos beneficiários do PROUNI possui renda familiar inferior a dois salários mínimos o que inviabilizaria o acesso destes em IES privadas; deixou claro o importante papel da mídia na divulgação do programa atraindo assim os que a ele recorreram; evidenciou nas falas dos entrevistados o seu contentamento por serem beneficiários do programa, deixando claro que sem este, não estariam no curso de direito da instituição lócus da pesquisa; ressaltaram que os alunos matriculados pelo PROUNI não encontraram dificuldades em acompanhar o curso e indicaram que o MEC precisa desenvolver uma sistemática melhor de monitoramento do programa e garantir que este seja mantido e tenha seu número de vagas ampliado.

Palavras-chave: Ensino superior; Políticas públicas; PROUNI; Inclusão social.

ABSTRACT

This dissertation deals with the Brazilian public policies that provide access to higher education in Brazil, which were implemented by the federal government from 2005 with the creation of Programa Universidade para Todos- PROUNI for the purpose of positive actions targeted social inclusion the lower classes of Brazilian society that has always been absent from public universities. Shows that the program was implemented by the Ministry of Education - MEC for the purpose of inclusion associated with socio-political tax waiver by the Union, offering full scholarships or partial higher education institutions to the private portions of the population characterized by their situation socioeconomic, ethnic and cultural. The objective of this research was to analyze whether the PROUNI has been fulfilling its role as regards the granting of scholarships is partial or full, the students considered disadvantaged graduates from public schools or private institutions of fellows. The methodology for carrying out this research work was divided into two parts, from the analysis of books, scientific articles, dissertations and theses that deal with the theme, as well as transdisciplinary studies and / or interdisciplinary program dealing with the study. The second part of the research was based on a case study, from interviews with students from the Law Faculty Paraíso. This research spoke about public policy in general, especially to support public policies in education prioritizing those facing higher education, showing that the inclusion of disadvantaged youth at this level of education specifically in Brazilian private institutions at no cost to them, is possible by PROUNI. The survey results showed that the vast majority of beneficiaries have PROUNI family income below two minimum wages which would make access to these private institutions, has made clear the important role of media in publicizing the program thus attracting those who resorted to him; evidenced in the statements of those interviewed his delight to be beneficiaries of the program, making it clear that without this, would not be in law school of the institution locus of the research, stressed that students enrolled at PROUNI found no difficulty in following the course and indicated that the MEC must develop a better systematic monitoring of the program and ensure it is maintained and has expanded its number of vacancies.

Key-words: Higher education; Public politics; PROUNI; Social inclusion.

LISTA DE ABREVIATURAS

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
PCN's	Parâmetros Curriculares Nacionais
PROUNI	Programa Universidade para Todos
IES	Instituições de Ensino Superior
FAP	Faculdades Paraíso de Juazeiro do Norte
MEC	Ministério da Educação
UNE	União Nacional dos Estudantes
DCE's	Diretrizes Centrais dos Estudantes
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPB	Estudos de Problemas Brasileiros
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento Educacional
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Financiamento Estudantil
FEE	Fundação Econômica do Rio Grande do Sul

LISTA DE TABELAS

Tabela I - Matrículas na educação superior no Brasil – 2004.....	46
Tabela II – Evolução de matrículas do PROUNI de 2005 a 2007.....	55
Tabela III – Números de bolsas ofertadas ao município de Juazeiro do Norte no de 2005 até o primeiro semestre de 2012.....	58
Tabela IV – Números de alunos matriculados na FAP inscritos no Prouni por semestre.....	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de bolsas de estudos ofertadas pelo PROUNI entre os anos de 2005 a 2007.....	51
Gráfico 2 – Índices de crescimento de inscritos no Prouni por Região do Brasil entre 2005 e 2012.....	57
Gráfico 3 – índice de crescimento de inscritos no Prouni em Juazeiro do Norte de 2005 ao 1º semestre de 2012.....	58
Gráfico 4 – Distribuição dos entrevistados por sexo.....	72
Gráfico 5 – Distribuidores dos entrevistados de acordo com a idade.....	73
Gráfico 6 – Distribuição dos entrevistados de acordo com o estado civil.....	73
Gráfico 7 – Distribuição dos entrevistados de acordo com a renda familiar.....	74
Gráfico 8 – Distribuição dos entrevistados de acordo com atividade remunerada.....	75
Gráfico 9 – Distribuição dos entrevistados no que tange a serem influenciados ou pelo a se inscreverem no Prouni.....	76
Gráfico 10 – Distribuição dos entrevistados de acordo com a opção pelo Curso de Direito.....	77
Gráfico 11 – Distribuição dos entrevistados de acordo com as dificuldades de aprendizado na Faculdade.....	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I	
1. POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	17
1.1 Políticas públicas.....	17
1.2 Políticas educacionais no Brasil: elementos de sua história.....	25
1.3 A organização do ensino no Brasil a partir de 1930.....	32
1.3.1 A reforma Francisco Campos.....	33
1.4 A LDB e a educação superior no Brasil.....	37
CAPÍTULO II	
2. O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	41
2.1 O Estado de direito de acesso a educação superior.....	45
2.2 Principais programas de acesso ao Ensino Superior no Brasil.....	46
2.2.1 Programa Universidade para Todos – PROUNI.....	47
2.3 Uma análise crítica do PROUNI.....	50
2.4 Fies - Financiamento Estudantil.....	51
2.5 Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.....	52
CAPÍTULO III	
3 O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI COMO POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL.....	57
3.1 Dados estatísticos do Programa Universidade para Todos	57
CAPÍTULO IV	
4 O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI NA FACULDADE PARAÍSO DE JUAZEIRO DO NORTE – CE.....	60
4.1 Um breve histórico da Faculdade Paraíso - FAP de Juazeiro do Norte.....	60
4.2. Institucional.....	62
4.2.1 Missão.....	63
4.2.2 Objetivo geral.....	63
4.2.2.1 Objetivos específicos.....	63
4.3. Políticas institucionais.....	64
4.4. Perfil institucional.....	65
CAPÍTULO V	
5. METODOLOGIA.....	67
5.1. Sujeitos da pesquisa	62
5.2 Procedimentos	69
CAPÍTULO VI	
ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81
APÊNDICE.....	84

INTRODUÇÃO

A construção deste trabalho de dissertação tem sua origem a partir do desejo de entender o Programa Universidade Para Todos – PROUNI, dentro de uma ótica mais ampla, como expressão privilegiada das Políticas Públicas de Educação que promove o acesso ao ensino superior brasileiro, implantado no ano de 2005, sob o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A Constituição Federal promulgada em 1988, juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educacional Nacional – LDBEN (1996) abriram novas perspectivas para a sociedade brasileira, trazendo a promessa de reconstrução de um sistema educacional de qualidade e eficiente voltado para as classes menos favorecidas.

Desta forma, a nova Constituição brasileira consagrou, pela primeira vez, o princípio da autonomia universitária plena; ao mesmo tempo, começa a discussão sobre a futura Lei de Diretrizes e Bases – LDB, para a educação brasileira.

Uma das importantes conquistas editadas pela LDB é direcionada às universidades públicas que, a partir de então, são obrigadas a oferecer ensino noturno com a mesma qualidade e estrutura material disponível dos cursos diurnos; o poder público (União, Estados e Municípios) deve oferecer ensino supletivo gratuito. Esta foi, sem dúvida, um grande passo no sentido de que alunos provenientes de classes mais humildes tivessem acesso às faculdades e universidades públicas e privadas de forma equitativa e destinados a todos os brasileiros.

A história da educação brasileira mostra que esse país tem sido suscetível à influência de organismos internacionais para a definição de diretrizes políticas, administrativas e financeiras destinadas à educação. Nos anos 90, o Banco Mundial passou a exercer forte influência na política educacional brasileira. Nos documentos oficiais tornou-se visível a necessidade de mudanças, com vistas a dar racionalidade e eficiência ao sistema. Dentre os conceitos que foram introduzidos à agenda de reformas da Educação Superior, destacaram-se: avaliação, autonomia universitária, diversificação, diferenciação, flexibilização e privatização, temas que serão abordados durante o desenvolvimento dessa dissertação de mestrado.

Políticas públicas foram pensadas e implantadas com o objetivo de ampliar o acesso ao ensino superior, a partir de programas que viessem viabilizar que alunos

oriundos de famílias carentes pudessem frequentar Instituições de Ensino Superior da rede privada, até então algo improvável diante da situação financeira.

O PROUNI é um destes programas de educação elaborado e implantado pelo Ministério da Educação – MEC, tem como propósito a inclusão sócio educativa através da oferta de bolsas de estudos em Instituições de Ensino, Superior Privado - IES, destinados a uma parcela da população caracterizada pela situação sócio-econômica, cultura e étnica, que se fundamenta na garantia de acesso e de produtividade acadêmica desses estratos da sociedade, contribuindo para a inclusão social.

Após anos de debates e de reivindicação por parte de pesquisadores, intelectuais, educadores e membros da sociedade é que nasceu o Programa Universidade Para Todos – PROUNI, criado no ano de 2004 e institucionalizado em janeiro de 2005, pela Lei de Nº 11.096, que tem como finalidade conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda em cursos de graduação e sequenciais em universidades privadas da educação superior. Para que esses alunos sejam alocados nestas escolas, o governo oferece as instituições que aderirem ao programa isenções fiscais.

O primeiro processo para seleção dos ingressos no programa ocorreu no início de 2005, ano em que o PROUNI disponibilizou 112 mil bolsas de estudos em 1.142 instituições privadas de ensino superior, em todo território nacional. A implantação do PROUNI, acrescida de 10 universidades federais, ampliou consideravelmente o número de vagas na educação superior, buscando interiorizar a educação pública e combater as desigualdades regionais.

Segundo levantamentos realizados pelo Ministério da Educação - MEC na época da implantação do programa, indicavam que estas ações iam ao encontro das metas do Plano Nacional de Educação – PNE, o qual previa um aumento de 30,0% de participação da população de faixa etária de 18 a 24 anos na educação superior até 2010, atualmente de 12,0%. (MEC, 2005).

Desta maneira, para que se possa compreender e avaliar melhor as ações do PROUNI após esses anos de funcionamento, alguns questionamentos serão necessários, sendo o principal deles: o curso de Direito da Faculdade Paraíso em Juazeiro do Norte, tem aberto suas portas para receber alunos de classes menos favorecidas? Esses alunos têm recebido, por parte do núcleo gestor, de professores e de alunos o mesmo tratamento que é dado ao aluno que não aderiu ao programa e

que tem à sua disposição recursos necessários para pagamento de suas mensalidades?

Em decorrência desses questionamentos, indaga-se ainda de como o aluno do PROUNI se situa no espaço universitário em relação à sua cultura e seu conhecimento, e se o programa atende as suas necessidades básicas para sua formação acadêmica em um universo bastante diferente de sua realidade. Diante destes questionamentos estabelecemos os objetivos desta pesquisa.

Objetivo geral

- ✓ Identificar se, de fato, o Programa Universidade para todos – Prouni está cumprindo seu papel no que diz respeito a concessão de bolsas de estudo, de forma parcial ou integral aos alunos carentes egressos de escolas públicas e bolsistas em escolas particulares.

Objetivos específicos

- ✓ Apresentar o Programa Universidade para todos – PROUNI enquanto programa de concessão de bolsas de estudo integral e parcial a estudantes do curso de Direito da Faculdade Paraíso de Juazeiro do Norte – FAP
- ✓ Identificar o quantitativo de acadêmicos beneficiados pelo Programa Universidade para Todos – PROUNI no curso de Direito da Faculdade Paraíso em Juazeiro do Norte – FAP
- ✓ Observar se os acadêmicos beneficiados pelo PROUNI no curso de Direito da Faculdade Paraíso em Juazeiro do Norte – FAP, são egressos de escolas públicas e filhos de famílias carentes.
- ✓ Verificar se o número de beneficiados pelo Programa Universidade para todos – PROUNI é crescente a cada ingresso de novas turmas no curso de Direito da Faculdade Paraíso em Juazeiro do Norte – FAP
- ✓ Analisar o contexto em que o PROUNI se desenvolve no curso de Direito da Faculdade Paraíso em Juazeiro do Norte – FAP

O primeiro capítulo faz um resgate histórico da implantação do ensino no Brasil desde os seus primórdios, ou seja, desde o Brasil Colônia até os dias atuais evidenciando as principais políticas públicas que foram implantadas ao longo desses cinco séculos. O propósito maior desta retrospectiva está em apresentar os diversos

e sinuosos caminhos pelos quais passaram o ensino no Brasil e seu processo evolutivo, que embora ainda se mostre insípido e seletivo, em função das elites dominantes do país, mas também mostrar que houve avanços significativos que, de modo geral, tem proporcionado resultados satisfatórios para a sociedade brasileira, em especial os menos favorecidos.

O segundo capítulo trata dos principais elementos constituintes do sistema de ensino superior no Brasil através das políticas implantadas após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, promulgada no DOU datado de 20 de dezembro de 1996.

O terceiro capítulo procura analisar a implantação do PROUNI como política de inclusão social. Enquanto o quarto capítulo faz um breve histórico da faculdade Paraíso, instituição que serviu de lócus da pesquisa, mostrando o quantitativo de alunos matriculados nos três cursos oferecidos pela IES, destacando os beneficiados com o PROUNI especificamente no curso de direito.

CAPÍTULO I

1 POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Neste capítulo serão discutidos elementos e conceitos sobre as políticas públicas da educação brasileira, utilizando-se estudos de experientes autores como Saviani (2004), Azevedo (2003), Boneti (2005), Souza (2003), dentre outros, que tratam da temática que, sem dúvida, é de fundamental importância para a educação brasileira.

A evolução da educação brasileira desde o período colonial brasileiro até os dias atuais foi permeada de avanços e retrocessos, mas a história da educação pública promovida pelo Estado tem sua gênese a partir de 1890, com o surgimento dos grupos escolares em São Paulo. Assim sendo, após a Proclamação da República, o Estado passa a assumir a função de urbanizar, higienizar sua população.

Nos subtítulos, dar-se-á ênfase as inúmeras políticas educacionais brasileiras que, desde a implantação da República, até os dias atuais, dentre as quais podem ser aqui mencionadas como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB; Programa Universidade para Todos – PROUNI, regulamentação jurídica do ensino superior no Brasil, realizando uma trajetória histórica, entre outros, cujas bases se apoiam o ensino superior brasileiro na atualidade.

1.1 Políticas públicas

O termo política pública é uma expressão que procura definir uma situação específica da política. A Política é uma palavra de origem grega que exprime a condição de participação da pessoa que é livre para expressar-se e tomar decisões sobre os rumos da cidade, a *pólis*. Já a palavra pública tem sua origem do latim, pública, que significa povo.

O Estado é uma organização política, administrativa e estratégica, que reflete um determinado território e uma determinada cultura.

Refletindo sobre as políticas educacionais no seu contexto histórico, é necessário que se questione alguns pontos importantes: o que é política? Como surgiram as políticas educacionais brasileiras? Assim sendo, presume-se que política não pode ser compreendida separada da ideia de poder, e este não pode ser

confundido com o Estado, instituição que normatiza a vida da sociedade. É importante lembrar que a atividade política não se dá somente no Estado.

Freitag citando Aristóteles lembra que a ciência política estuda as relações de poder. Em sua obra intitulada “Política”, defende a política como toda prática social que envolve a vida na *pólis* (cidade-estado grega), que segundo ele, “[...] o homem é, por natureza, um animal político”. (FREITAG, 1988, p.39). A prática política e a virtude eram indissociáveis, acrescenta o filósofo grego. (FREITAG,1988).

Max Weber define o poder como uma relação assimétrica entre, pelo menos, dois atores, quando o primeiro tem a capacidade de forçar o segundo a fazer algo que este não faria voluntariamente e que só faz conforme as sugestões e determinações do primeiro. (SILVA & SILVA, 2006).

Assim, sendo, do ponto de vista etimológico, a política pública faz referência à participação do povo na decisão de uma cidade ou de um território. Historicamente, essa participação tomou feições distintas dando lugar a outras interpretações que, de forma direta e indireta, atualmente tem somente um agente de decisão: o Estado.

Souza (2003, p. 13) fez uma interessante definição sobre políticas públicas:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.

Por conseguinte, o conceito de políticas públicas abrange diversas áreas do conhecimento humano, mas é no âmbito das ciências políticas que ela se destaca nas discussões teórica.

Desde a formação do Estado brasileiro, no período do Brasil colônia, a Coroa Portuguesa, não estava preocupada com o bem estar na sociedade, mas em explorar as riqueza do território e levar para Metrópole.

No Brasil, as políticas públicas voltadas para a educação começaram durante o período colonial e, desde então, vêm sendo permeadas de conflitos e acordos entre o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, além de outras esferas da sociedade civil. A Educação, como todo direito humano, é fruto de conquistas históricas resultantes de conflitos, lutas, processos societários formais e não-formais, que se configuram em distintos projetos sociais. Foi com a Declaração dos Direitos

do Homem e do Cidadão (1789), na Revolução Francesa, no Séc. XVIII, que se registrou que “a instrução é necessidade de todos”.

No entanto, as distintas visões de mundo e de sociedade apontaram caminhos diferenciados para o acesso à educação.

Meksenas (2002, p. 106) discorda da idéia de que a política pública, de modo mais amplo, seja direcionada para fins sociais, isto porque, existe, na verdade relações de poder com intuito de influenciar na dinâmica da vida cultural, que segundo ele:

É preciso, portanto, não compartimentalizar o saber produzido acerca das políticas públicas como fins sociais para percebemos os seus contornos com os contextos da sociedade brasileira. Assim, o estudo das políticas públicas como fins é o estudo das relações de poder, como também de estrutura e conjuntura da vida social, dos padrões de sociabilidade e da dinâmica da cultura.

Ainda referindo-se ao período colonial, o autor acima citado afirma que a Coroa portuguesa se preocupava apenas em explorar os recursos naturais para a Metrópole, mas não em implantar políticas públicas destinadas à melhoria da vida da população, sendo este papel destinado a Igreja Católica. Por isso, foi nesse período que a Igreja Católica pode criar espaços para impor dogmas e rituais que permanecem até os dias atuais.

Meksenas (2002, pgs. 108-109) é enfático quando afirma que:

Nos momentos de ausência das políticas públicas com fins sociais, algumas instituições preencheram, ainda que de forma débil, o vazio deixado pelo Estado. No Brasil foi o caso do catolicismo, que dos tempos coloniais até à atualidade ofereceu forma de educação, idéias e valores manifestos nos rituais de solidariedade em várias comunidades no país [...]. Muitos desses rituais de solidariedade foram reelaborados pelas religiões afro-brasileiras como forma de resistência cultural dos trabalhadores e também produziram laços de partilha. Da Colônia à República, as ações institucionais da Igreja católica apareceram no cuidado com os órfãos, viúvas, ou na atenção médica das Santas Casas, das coletas e da distribuição de esmolas.

Outra questão de relevante importância trata-se da falta de cultura da participação política como uma das possíveis explicações para a desigualdade no Brasil, isto porque, sem participação na cobrança dos políticos na transparência da administração pública, gera um enorme desconforto para a população e um grande índice de pobreza e de exclusão social, que chegou aos dias atuais sem muitas alterações no seu processo de divisão de renda e de escolarização.

Como naquele período as classes menos favorecidas não tinham direito a opinar sobre sua participação nos destinos da nação, que segundo Fernandes (2006, p. 218):

Entretanto antes de qualquer coisa, a questão da pobreza e da desigualdade no Brasil se mostra como algo gerado por um déficit histórico de cidadania em um país que viveu sob regime escravo por quatro séculos, no qual os direitos civis e políticos existiam apenas no papel. Um bom exemplo são as eleições brasileiras tanto no período do império quanto da república velha – a chamada república dos coronéis. As eleições eram escrutínios caracterizados pela fraude e truculência onde os eleitores eram ameaçados por capangas, ou trocavam seu voto por qualquer utensílio. Evidentemente este comportamento refletia o perfil do atraso na sociedade brasileira [...] entre 1937 a 1945, foram suspensos os direitos políticos. Curiosamente no período da supressão de direitos políticos e civis, foi ao mesmo tempo o momento dos avanços dos direitos sociais.

Por sua vez, Verza (2000, pgs. 84-87) refere-se ao termo lembrando os rumos que a sociedade pós-morderna está tomando, em especial o processo de globalização que é um fenômeno mundial, e da maneira como ela se manifesta é excludente, e por isso tem gerado vários conflitos e tipos de violência, sendo este um dos maiores desafios a ser enfrentado que é tornar o processo de globalização mais humano e acessível às camadas mais pobres da sociedade contemporânea, e explica:

O processo de globalização em desenvolvimento atinge todas as sociedades. [...] Também a consenso que a forma atual de globalização cria desemprego e exclusão social, causando danos econômicos, sociais e ambientais. Desencadeia violências de todo tipo. [...] Vale salientar que a pressão da globalização para baixo cria a necessidade do governo buscar alternativas novas do contato direto com os cidadãos superando o ortodoxo de fazer política. De igual maneira, a cidadania conscientemente organizada necessita criar mecanismo de contato e controle de políticas estatais, democratizando-as. Isso demanda novos experimentos de participação política direta de maior número possível de cidadãos. Assim, um dos maiores desafio da globalização é a discussão profunda e ampla a cerca de uma política da condição social humana global.

Políticas públicas na acepção jurídica, de acordo com Silva (2004, p. 228) tem a seguinte definição para o termo:

[...] designa a ciência de bem governar um povo, constituído em Estado. Assim, é seu objetivo estabelecer os princípios que se mostrem indispensáveis à realização de um governo, tanto mais perfeito, ao cumprimento de suas precípua finalidades, em melhor proveito dos governantes e governados. [...] Nesta razão, a política mostra o corpo das doutrinas, indispensáveis ao bom governo de um povo, dentro das quais devem ser estabelecidas as normas jurídicas necessárias ao bom funcionamento das instituições administrativas do Estado, para que

assegure a realização de seus fundamentais objetivos, e para que traga a tranquilidade e o bem-estar a todos quantos nele se integrem.

Em termos gerais, política é uma prática que se faz diariamente, e diante dessa afirmativa, Foucault (1979, p. 03), dizia “que as pessoas a fazem constantemente”.

Essa atitude fundamenta-se na ideia de que, na medida em que os conflitos aparecem, as pessoas precisam mediar ou resolver os problemas, seja de ordem pessoal ou social. No âmbito social, a política se desenha mediante choques de interesses ou através de grupos organizados, sejam de caráter econômico, étnicos, culturais, religiosos. Assim, a organização social se torna imprescindível nas decisões coletivas que sejam favoráveis nos interesses da sociedade.

No cenário político atual, existem interesses distintos, onde políticas que poderiam ajudar na melhoria da qualidade de vida de determinadas classes sociais, na maioria das vezes, não podem ser implantadas porque existem interesses entre grupos econômicos e políticos, onde as classes menos favorecidas acabam por levar desvantagens.

A respeito do jogo de poder que existem nas esferas políticas, Bonetti (2006, p. 74) tece o seguinte comentário:

As ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como decisão de intervenção pública é uma realidade social quer seja para fazer investimentos ou para uma mera regulamentação administrativa. Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelecem no âmbito das relações de poder, relações estas constituídas por grupos econômicos e políticas, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. [...] Nesse caso, pode-se dizer que o Estado se apresenta apenas como um agente repassador à sociedade civil das decisões saídas do âmbito da correlação de forças travadas entre agentes de poder.

Confirma-se dessa maneira, os interesses pessoais e corporativistas de políticas públicas que poderiam estar sendo implantadas em comunidades carentes e, de maneira implícita, oferecer oportunidades que ao longo da história brasileira não puderam ser implantadas, e o abismo entre pobres e ricos tendem só aumentar, especialmente no âmbito educacional.

Estudos desenvolvidos por Lowi (1996), Azevedo (2003), apontam a existência de três tipos de políticas públicas, que são: as redistributivas, as distributivas e as reguladoras.

A primeira delas, a redistributiva, consiste na redistribuição de renda na forma de recursos e/ou de financiamento de equipamentos e serviços públicos, os quais

são exemplos: os programas de bolsa-escola; bolsa universitária, bolsa família, taxas de água e de energia para famílias mais carentes e que podem ser inscritas nesses programas mediante critérios de renda definidos pelo programa (AZEVEDO, 2003)

Do ponto de vista econômico da justiça social, o financiamento dessas políticas deveria ser feito por segmentos mais ricos da sociedade, de modo a diminuir a gritante desigualdade social no Brasil. Portanto, os investimentos destinados a essas políticas acabam sendo feitas pelo orçamento geral da união, compartilhado entre a união, estados e municípios. Mesmo assim, é importante lembrar que, não raro, esses recursos são desviados e destinados a financiar outras atividades, como por exemplo, campanhas políticas, e nem sempre chegam a seu destino ou atingem os objetivos esperados.

Corroborando com o acima exposto, Boneti (2006, p. 53) afirma:

[...] as políticas públicas, todavia, nem sempre têm como finalidade atender as necessidades da população. Às vezes, “cria-se” uma carência falsa para atender os interesses particulares, de grupos econômicos, de categorias profissionais, etc., no intuito de buscar a Sua cumplicidade para a sustentação do sistema e/ou do grupo governante.

Referindo-se as políticas distributivas, os autores acima mencionados lembram que estas são as que todo e qualquer governo deveria fazer, ou seja, como o próprio nome indica, elas se referem à oferta de equipamentos e serviços públicos destinados à melhoria da qualidade de vida da população de acordo com a demanda social ou a pressão de grupos de interesse. São exemplos de políticas distributivas a implementação de projetos ambientais, reparos de creches e escolas, coleta de lixo, dentre outros.

O financiamento dessas políticas é feito pela sociedade através da arrecadação de tributos e impostos, os quais são destinados para melhorar a qualidade de vida dos atores envolvidos nesse processo.

Como o próprio nome faz referência, as políticas regulatórias consistem na elaboração de leis em que o legislativo autoriza o executivo a implantar ou não determinadas políticas distributiva ou redistributiva.

É importante salientar que esse tipo de política se reveste de fundamental importância, pois é através dela que os recursos públicos são liberados para implantar outras políticas de interesse de desenvolvimento social e econômico. Os resultados não aparecem de imediato, pois enquanto lei, ela não possui

materialidade dos equipamentos ou serviços a que se destina. Por esta razão, grupos sociais tendem a ignorá-la e não em acompanhar os resultados a que se destinam, permitindo, dessa maneira, que grupos econômicos exerçam pressão sobre seus gestores. No caso do Brasil, isto acontece com os vereadores, deputados estaduais, federais e senadores.

De modo geral, as políticas públicas brasileiras sempre estiveram voltadas aos interesses das classes dominantes que, através de grupos instalados na câmara e no senado federal, impunham sua vontade, deixando entregue à própria sorte, milhões de brasileiros que, sem as políticas educacionais menos excludentes implantadas desde a colonização, teria, poderiam ter ajudado a mudar os destinos dessa grande nação. Infelizmente, o Brasil continua dividido entre pobres e ricos, e ao longo desses séculos, pouco se tem feito para mudar a realidade dos grupos minoritários nesse país, especialmente, no âmbito das políticas públicas educacionais.

Em seu discurso, Boneti (2006, p. 15) explica que para elaboração dessas políticas, elas dependem, em parte, de alguns fatores importantes, tais como:

- a) os interesses da expansão do capitalismo internacional, explicitados pelas elites globais;
- b) os interesses originados no contexto nacional, os das classes dominantes e dos vários segmentos que compõem a sociedade civil;
- c) a instância local.

Dessa maneira, o autor apresenta três elementos importantes que inseridos na cultura nacional no que diz respeito à implantação e gerenciamento das políticas públicas. Necessariamente, antes de serem implantadas, essas políticas deveriam ser anteriormente debatidas juntamente com os principais segmentos da sociedade que dela se beneficiariam, e não simplesmente para atender alguns segmentos da sociedade com interesses capitalistas e/ou eleitores.

No que diz respeito às políticas públicas brasileiras, os agentes de poder internacional contam com grande poder de interferência nos interesses internos da nação, deixando que uma grande parcela da sociedade continue desassistida e abandonada em prol de interesses capitalistas.

Mais uma vez Boneti (2006, p. 59) tece o seguinte argumento:

Um dos importantes agentes definidores das políticas públicas nacionais são as elites internacionais. Isto é, entende-se que existe uma correlação de

forças no plano global (internacional) que interfere na definição das políticas públicas nacionais.

Outro fator determinante na fomentação de políticas públicas no Brasil parte de grupos políticos. O legislativo encontra-se dividido em grupos, tais como, os dos empresários, do comércio, da agricultura, religiosos e, principalmente, dos grupos partidários que só votam em projetos de interesse da nação através de negociatas de cargos em ministérios, liberação de verbas para seus municípios, enfim, áreas de prioridade máxima como saúde, educação e transportes continuam por anos a fio com seus projetos de reforma ministeriais esquecidos na fila de votação do Congresso Nacional.

Mesmo assim, organizações internacionais e nacionais, no que diz respeito a educação brasileira, passaram a cobrar das autoridades governamentais critérios mais justos e igualitários o ingresso de cidadãos mais pobres no ensino superior. Diante das cobranças vinculadas na mídia nacional, algumas ações de caráter prioritário começaram a ser implantadas no país, procurando, dessa maneira, diminuir a exclusão das classes minoritárias, como os afrodescendentes, indígenas, como também habitantes da periferia dos grandes conglomerados urbanos, cujos filhos(as) não tinham acesso a uma educação de qualidade.

Sobre essa delicada questão que tem promovido o racismo no Brasil desde à sua colonização, Boneti (2005,p. 02) comenta:

[...] a noção de **inclusão** é diferente e apresenta maiores complicadores. Além de guardar consigo o significado original da **exclusão**, não se pode dizer que esta palavra se constitua de uma noção ou de um conceito. Trata-se de uma positivação em relação a uma problemática social, a da exclusão, segundo o entendimento original já considerado. Portanto, é mais um discurso que um conceito. Além desta pobre origem, agregou, durante a sua pequena história de vida, antigos ingredientes da política. O entendimento do social a partir de uma concepção dual do *dentro* e do *fora* já foi utilizado pelos contratualistas, em particular por Hobbes e Rousseau, fornecendo bases à sociologia política conservadora e ao direito. No seio desta concepção, umas das noções que nasceu e persiste até nos nossos dias é a noção de cidadania. A noção de cidadania que persiste nos dias atuais, e que conserva uma proximidade com a noção do ser incluído/a, é aquela associada aos direitos constitucionais. Em outras palavras, o entendimento do social a partir de uma concepção do *dentro* e do *fora*, pode ter origem, antes de tudo, da noção de cidadania, ou de cidadão, a pessoa que estivesse “incluída” numa sociedade racional, numa sociedade de direito, numa sociedade de Estado (sociedade contratual).

A sociedade civil e política brasileira sabem que as políticas de caráter distributivas levam algum tempo para obter resultados favoráveis e, portanto, não ocorrerá uma diminuição drástica do número de excludentes no país que se

destinam ao ensino superior. É necessário pelo menos uma década para que essa prática seja realmente efetivada para obtenção de resultados positivos.

Quando se pensa na educação como proposta para o desenvolvimento econômico e social do Brasil tem se apresentado em uma realidade bastante complexa, isto porque, teoricamente não tem sido fácil de construir uma educação de qualidade direcionada às classes menos favorecidas, por que, ao se pensar em educação neste país é pensar na educação profundamente marcada pelos desníveis, e pensar na educação num contexto é pensar que a ação educativa se processa de acordo com a compreensão que se tem da realidade social em que se está imerso.

Segundo Laterza e Rios (1971, p. 41), é possível distinguir no processo educacional dois aspectos importantes e interdependentes:

[...] o gesto criador que resulta no fato de o homem “estar-no-mundo” e com ele relacionar-se, transformando-o e transformando-se – neste caso o gesto educativo não se distingue do gesto do criador da cultura – e o gesto comunicador que o homem executa, transmitindo a outrem o resultado de sua experiência. Nesse sentido, a educação é a mediadora entre o gesto cultural propriamente dito e a sua continuidade.

Assim, na medida em que se transforma, pelo desafio que aceita que lhe vem pelo qual se volta sua ação, o homem se educa. Em contrapartida, na medida em que comunica aos outros os resultados de suas descobertas e experiências, ajuda-os a se educarem, tornando-se solidários com eles. Dessa maneira, surgiram as instituições educativas nascidas da necessidade das gerações mais velhas transmitirem seus conhecimentos e experiências às mais novas. Coube a escola o papel de guardar e de transmitir esses conhecimentos de forma eficaz, com o objetivo de formar o espírito ilustrado, não o espírito criador.

1.2 Políticas educacionais no Brasil: elementos de sua história

Na fase inicial do Brasil colônia, a escola vai servir a nação nascente para impor e preservar a cultura transplantada da Europa. A forma de como realizada a ocupação do solo, a estratificação social e o controle do poder político que, aliados aos modelos importados da cultura letrada, foram elementos condicionantes para a evolução da educação escolar nas terras do recém descoberto continente.

Comentando a respeito da gênese da educação do Brasil colônia, Romanelli (1984, p. 24), tece o seguinte comentário:

A necessidade de manter os desníveis sociais teve, desde então, na educação escolar, um instrumento de reforço das desigualdades. Nesse sentido, a função da escola foi a de ajudar a manter privilégios de classes, apresentando-se a ela mesma como uma forma de privilégio, quando se utilizou de mecanismos de seleção escolar e de um conteúdo cultural que não foi capaz de propiciar às diversas camadas sociais sequer uma preparação eficaz para o trabalho. Ao mesmo tempo que ela deu à camada dominante a oportunidade de se ilustrar, ela se manteve insuficiente e precária em todos os seus níveis, atingindo apenas uma minoria que nela procurava uma forma de conquistar ou manter o *status*.

Nesse contexto, é importante observar que o desinteresse pela formação técnica era bastante acentuado, isto influenciada por outros fatores como: a herança cultural que transferiu a cultura letrada para o Novo Mundo; posteriormente, a implantação da ordem social escravocrata e a estigmatização do trabalho manual e as profissões técnicas; e por último, a forma como se introduziu a industrialização nos países subdesenvolvidos, que contribuiu substancialmente para que as chamadas regiões periféricas continuem em estado de dependência cultural, por causa de obstáculos necessários à criação de formação tecnológica especializada.

O resultado dessa modernidade se resume no simples fato de que os países subdesenvolvidos se constituem em consumidores de bens da civilização, ao passo que centros culturais de difusão se comportam como produtores desses bens". (ROMANELLI, 1984).

Em geral, nos países subdesenvolvidos, a educação tem desempenhado um papel eminentemente conservador, isto é, nas áreas em que o desenvolvimento ainda não atingiu a fase de industrialização e onde o capital impõe suas regras econômicas e sociais, a escola tem servido apenas para transmitir valores culturais arcaicos e ultrapassados, a exemplo das camadas dominantes.

Assim, como acontece com a cultura letrada e a ordem econômica, a forma de como nasce e evolui o poder político, este implica na evolução da educação escolar, já que esta se organiza e se desenvolve, quer espontaneamente, quer deliberadamente, tem como propósito atender aos interesses das camadas representativas do poder. Dessa maneira, ainda que os objetivos verbalizados do sistema de ensino procurem atender os interesses da sociedade como um todo, é

quase sempre inevitável que as diretrizes assumidas pela educação escolar sejam direcionadas as camadas de maior representação do poder.

O ensino no Brasil teve suas bases fundamentada na economia colonial alicerçada na grande propriedade e na mão-de-obra escrava, influenciando profundamente na ordem social e política da época. Por sua vez, ela favoreceu o aparecimento da unidade básica do sistema de produção, de vida social e de poder representado pela família patriarcal.

Foi nesse universo marcadamente patriarcal que favoreceu, pela natural receptividade, a adoção de formas de pensamento e de ideias dominantes na cultura medieval da Europa, realizada através dos Jesuítas. Nesse novo cenário, o branco colonizador se distinguia, dos demais elementos da população nativa negra e mestiça, por sua origem europeia, e sendo a classe detentora do poder político e econômico, tinha que ser também detentora dos bens culturais importados.

As condições que puderam favorecer a ação educativa no Brasil foram, de um lado, a organização social, e do outro, o conteúdo cultural trazido pelos padres de Companhia de Jesus. A primeira condição consistia na predominância de uma minoria de donos de terras e senhores de engenho sobre a massa de escravos e de agregados, e que somente essa classe dominante tinha direito à educação. Além de escravos e agregados, também eram excluídos desse seleto grupo as mulheres e os filhos primogênitos, a quem cabia a continuidade futura dos negócios paternos. A educação na época era oferecida ao seleto grupo de pessoas que pertenciam à classe dominante que estava destinada a educação escolarizada.

A segunda condição consistia no conteúdo cultural que fazia portadores os padres. Esse conteúdo era, antes de tudo, a materialização do espírito da Contra-Reforma, ou seja, uma enérgica reação contra o espírito crítico que começa a despontar na Europa, por um apego as formas dogmáticas do pensamento, pela revalorização da Escolástica, como método e como filosofia, pela reafirmação da autoridade, quer da Igreja, quer dos amigos.

Comentando sobre este período, Azevedo (1960, p. 34) acrescenta:

Se aos jesuítas de então faltava o gosto pela ciência, sobrava-lhes, todavia, um estranhado amor pelas letras, cujo ensino era a maior preocupação. Humanistas por excelência e os maiores do seu tempo, concentravam todo o esforço, do ponto de vista intelectual, em desenvolver nos seus discípulos, as atividades literárias e acadêmicas, que correspondiam, de resto, aos ideais do "homem culto" [...] O apego ao dogma e à autoridade, a tradição escolástica e literária, o desinteresse quase total pela ciência e a repugnância pelas atividades técnicas e artísticas tinham forçosamente de

caracterizar, na Colônia, toda educação modelada pela Metrópole, que se manteve fechada e irredutível ao espírito crítico e de análise, à pesquisa e à experimentação.

Mesmo assim, os padres acabaram ministrando uma educação elementar a população mais pobre formada de brancos e índios, salvo as mulheres; e a educação média para os homens de classe dominante, onde muitos ingressaram nos colégios jesuítas se preparando para o ingresso na classe sacerdotal. Outros segmentos da população escolar que não seguia a ordem religiosa se dirigiam para outros centros culturais da Europa com o propósito de completar os estudos, principalmente na Universidade de Coimbra, de onde regressavam ao Brasil como condição de letrados.

A obra de catequese que, em princípio, constituiu-se no objetivo principal da Companhia de Jesus, gradativamente foi cedendo lugar a educação da elite brasileira. Não obstante, foi a educação dada pelos jesuítas, transformada em educação de classe, com características bastante distintas que distinguia a educação rural brasileira, que atravessou todo período colonial, imperial e chegou ao republicano sem ter sofrido, em suas bases, quaisquer mudanças estrutural, mesmo quando a demanda social começou a aumentar, atingindo as camadas mais pobres da população, obrigando a sociedade a ampliar a oferta escolar.

Após a expulsão dos jesuítas em 1759, surgiram inúmeras dificuldades para o sistema educacional. Da expulsão até as primeiras providências para substituição dos educadores pelo sistema jesuítico decorreram 13 anos, desmantelando-se, dessa forma, a estrutura administrativa de ensino. Leigos começaram a ser introduzidos nas escolas e o Estado assumiu, pela primeira vez, os encargos da educação no Brasil.

O século XIX, no Brasil, fez surgir uma nova classe social, algo mais complexa do que a classe dominante do período colonial. A presença de uma classe intermediária, propiciada pela mineração, tornou-se cada vez mais visível, especialmente na zona urbana, cuja participação na vida social e política passou a ser mais ativa, tanto pelas atividades produtoras como pelo comprometimento com a classe política.

O tipo de escola que predominou nesse período teve por base a herança herdada da Colônia que, além de algumas escolas primárias e médias em mãos de eclesiásticos, existiam também os seminários episcopais, dentre eles o Seminário de

Olinda, fundado em 1800, e ainda por algumas aulas régias criadas com a reforma de Marques de Pombal.

A presença do príncipe Regente D. João, por doze anos, proporcionou sensíveis mudanças nas instituições educacionais daquele período. A primeira delas foi, sem dúvida, a criação dos primeiros cursos superiores sem a participação do clero, que organizados sob a forma de aulas avulsas, tinham um sentido profissional prático. Dentre as escolas superiores distinguiram-se a Academia Real da Marinha e Academia Real Militar, que tinham a incumbência de formar engenheiros civis e preparação da carreira militar. Os cursos médicos-cirúrgicos implantados na Bahia e no Rio de Janeiro que deram origem as primeiras Faculdades de Medicina no Brasil.

D. João não só fortaleceu o ensino superior no Brasil como também iniciou o processo de autonomia que culminou com a independência política. Essa independência não alterou, pelo menos de imediato, a situação de ensino no país que segundo Costa (1972, p. 21) foi apenas uma “simples transferência de poderes dentro de uma mesma classe (a Independência) entregaria a direção da nova ação aos proprietários de terras, de engenhos e aos letrados”.

A escola representada principalmente pelas novas Faculdades de Direito, criadas na década de 1820, uma em São Paulo e outra em Recife, passou a fornecer pessoal qualificado para as funções de cargos administrativos e políticos. Apesar da existência dos cursos de Medicina, Engenharia e Artes, fundadas bem antes das de Direito, lograram uma supremacia nos quadros superiores do Império.

De acordo com Almeida (1976, p. 32), a promulgação da Constituição do Brasil, Lei de 12 de agosto de 1834, art. 10 § 2º, conferiu os seguintes poderes às Províncias:

[...] o direito de legislar sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, excluindo, porém, de suas competências as Faculdades de Medicina e Direito e as Academias então existentes e outros quaisquer estabelecimentos que, no futuro, fossem criados por lei geral.

Nesse caso, o poder central se reservou o direito de promover a educação de nível superior em todo império, enquanto que as Províncias eram incumbidas de regulamentar e promover a educação primária e média. O monopólio do ensino superior de que se impôs o poder central, aliado ao poder vigente nas escolas de Direito, que contava com a preferência da maioria da população, acabou por influir

na composição do currículo da escola secundária, isto porque, segundo Haidar (1972, p. 39) se deve ao fato de que:

- a). o ensino secundário destinava-se ao preparo dos candidatos ao ensino superior, razão porque seu conteúdo se estruturou em função deste;
- b). os candidatos aos cursos superiores eram examinados nesses próprios cursos, segundo critérios fixados pelos mesmos.

Esse caráter propedêutico assumido pelo ensino secundário, somado, ao seu conteúdo humanístico, fruto de aversão a todo tipo de ensino profissionalizante, próprio de qualquer sistema escolar fundado numa ordem social escravocrata, sobreviveu até há pouco e constituiu o fator mesmo do atraso cultural de nossas escolas, acrescenta a autora.

A literatura pertinente a esse período da história da educação no Brasil faz referência a Constituição da República promulgada em 1891, que se constituiu num avanço mais significativo em relação ao período imperial. Nessa Carta foi instituído o sistema federativo de governo e consagrou a descentralização do ensino, ou melhor dizendo, o sistema de dualidade até então vigente. Pelo seu artigo 35, itens 3º e 4º, ela reservou a União o direito de “criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados, e prover a instrução secundária no Distrito Federal, oportunizando os Estados a prover e legislar sobre a educação primária”.

Essa prática acabou gerando o seguinte sistema: à União cabia criar e controlar o ensino secundário acadêmico e a instrução em todos os níveis do Distrito Federal, e aos Estados cabia criar e controlar o ensino primário e profissional, que na época consistia em Escolas Normais, de nível médio para as moças e escolas técnicas para os rapazes (ROMANELLI, 1984).

A adoção deste sistema era a consagração do ensino dual que vinha desde o Império, que por sua vez, era também uma forma de manter a distância as classes mais pobres da classe dominante (como ainda acontece nos dias atuais), escolas secundárias acadêmicas e escola superiores, e para o povo, escola primária e profissional. Essa situação dual era um reflexo da organização social brasileira da época.

Comentando sobre o processo dual, Azevedo (1970, p. 123) explica:

A dualidade do sistema educacional brasileiro, se, de um lado, representava a própria sociedade escravocrata, de onde acabara de sair a República. De outro, representava ainda, no fundo, a continuação dos antagonismos em torno da centralização e descentralização do poder. [...] A par dessa dualidade a 1ª República tentou várias reformas sem êxito, para a solução dos problemas educacionais mais graves. A primeira delas é a de Benjamim Constant, a mais ampla, que não chegou a ser posta em prática, a não ser em alguns aspectos. Tentou a substituição do currículo acadêmico por um

currículo enciclopédico, com a inclusão de disciplinas científicas, consagrou o ensino seriado, deu maior organicidade ao sistema todo, atingindo a reforma as escolas primárias, secundárias e normais (através da reforma do Distrito Federal), além do ensino superior, artístico e técnico em todo país.

A reforma de Benjamin Constant não obteve o êxito esperado faltou, além de uma infraestrutura que pudesse garantir-lhes sua execução, também o apoio políticos das elites, que viram nas ideias do reformador uma ameaça na formação da juventude, que antes era pautada nos valores e padrões da antiga mentalidade da aristocracia rural.

De modo geral é importante ressaltar que, se por um lado a reforma de Benjamin Constant teve o mérito de romper com a antiga tradição do ensino humanístico, por outro, não teve, porém, o cuidado de pensar a educação pela base, sofrendo dos males de que vão padecer quase todas as reformas que se tentou implantar no Brasil.

Outras reformas vieram a seguir, mas não lograram oferecer mudanças ao sistema de ensino. Algumas delas, como a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa, no Governo de Marechal Hermes da Fonseca, em 1911, chegou a provocar um retrocesso na evolução do ensino, pelo simples fato de facultar total liberdade e autonomia aos estabelecimentos de ensino e suprimindo o seu caráter oficial, trazendo resultados desastrosos. A reforma Carlos Maximiliano representou uma contramarcha: reoficializou o ensino, reformou o Colégio Pedro II e regulamentou o ingresso nas escolas superiores. A Reforma Rocha Vaz, no Governo de Arthur Bernardes, em 1925, representou a última tentativa do período no sentido de instituir normas regulamentares para o ensino, estabelecendo, pela primeira vez, um acordo entre a União e os Estados Unidos, com o objetivo de promover a educação primária, eliminar os exames preparatórios e parcelados, ainda vigentes e herança do Império. Foi uma tentativa de impor a sistematização sobre a desordem. (ROMANELLI, 1984).

Todas essas reformas não passaram de tentativas frustradas e, mesmo quando aplicadas, representaram o pensamento isolado e desordenado dos comandos políticos, que estava muito distante de comparar-se a uma política nacional de educação.

De acordo com Azevedo (1970, p. 134):

[...] do ponto de vista cultural e pedagógico, a República foi uma revolução que abortou e que, contentando-se com a mudança do regime não teve o pensamento ou decisão de realizar uma transformação radical no sistema

de ensino para provocar uma renovação intelectual das elites culturais e políticas, necessárias às novas instituições democráticas.

Levando-se em conta as elites que passaram desde cedo a controlar o poder, representavam as oligarquias do café, as quais de uniram, pouco a pouco, as velhas oligarquias rurais com bastante força política no tempo do Império, conclui-se, portanto, que o tipo de educação reivindicado por essa classe para a nação, só poderia ser aquele ao qual ela mesma vinha sendo submetida. A renovação intelectual das elites culturais e políticas, isto porque o comando político, econômico e cultural se conservou na mão da classe que tinha recebido a educação literária e humanística, originário do Brasil Colônia, que atravessou todo o período imperial sem modificações importantes.

1.3 A organização do ensino no Brasil a partir de 1930

Nessa parte de elaboração deste trabalho de pesquisa, tem-se como propósito mostrar que a manutenção e o aprofundamento da falência do ensino brasileiro e o desenvolvimento econômico do país encontravam-se vinculadas às contradições políticas causadas pela luta entre as diversas facções da elite dominantes na estrutura do poder. Este processo se evidencia pela organização do ensino que essas classes conseguiram impor à sociedade. O material utilizado para compor esse período se fundamenta na legislação pertinente aquela época, onde se procura dar ênfase aos aspectos que refletem as contradições que passou a política a partir de 1930.

Romanelli (1984, p. 127) assinala algumas possíveis hipóteses surgidas naquele período, como:

a). a legislação do ensino evoluiu de forma contraditória, buscando, ora conciliar as correntes em oposição, ora favorecer uma delas; b). esse resultado representou, por sua vez, duas formas de controle exercidos pelas elites no poder, quanto à expansão do sistema escolar: 1º.) Um controle quantitativo, ocasionado pela presença de dispositivos legais que tornavam a estrutura de ensino rígida, inelástica, seletiva e socialmente discriminante, e 2º) uma orientação dos rumos para os quais deveria dar-se a expansão, por mecanismos previstos em lei, favorecendo o ensino acadêmico em detrimento ao ensino técnico profissional.

Procurando dar uma melhor compreensão do processo da evolução educacional brasileiro e de como essa evolução refletiu a luta das camadas dominantes, Romanelli (1978), a subdivide em três fases distintas, que são:

A primeira fase compreende o período que vai de 1930 a 1937, que marca a atuação do Governo Provisório, destacando-se a atuação do governo no setor econômico, para sair da catástrofe financeira, e no setor educacional, as reformas empreendidas por Francisco Campos, e no campo político, a forma que deveria assumir o regime.

A segunda fase abrange o período que corresponde ao Estado Novo, caracterizado, principalmente, pela instituição de um regime totalitário no governo de Getúlio Vargas. Esse período se estendeu de 1937 a 1946, onde são dados os primeiros passos para a industrialização no Brasil, e o Estado assume o papel de empresário industrial. A educação é cada vez mais sentida como necessário para o desenvolvimento, mas se apresenta de forma ainda insalubre e inconsciente.

A terceira fase compreende o período entre 1946, quando foi votada a Constituição Federal que restabeleceu o regime democrático, até 1961, quando foi votada a Lei 4.024 que fixou as Leis de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.

1.3.1 A reforma Francisco Campos

O Governo Provisório assume o poder no Brasil em fins de 1930 e tratou logo de estabelecer condições administrativas que pudessem dar início as reformas necessárias ao novo regime. Como consequência, foram criadas logo de início, os Ministérios da Educação e Saúde Pública, uma das grandes realizações práticas do novo governo.

Os resultados dessas ações foram sentidos logo no início, através dos atos de seu primeiro Ministro da Educação e Saúde Pública Francisco Campos, através de uma série de decretos, que segundo Saviani (2004, p. 32) foram:

- 1). Decreto nº 19.850 – 11 de abril de 1931: cria o Conselho Nacional de Educação.
- 2). Decreto nº 19.851 – 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do Ensino Superior no Brasil e adota o Regime Universitário.
- 3). Decreto nº 19.852 – 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.
- 4). Decreto nº 19.890 – 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do Ensino Secundário.
- 5). Decreto nº 20.158 – 30 de junho de 1931: organiza o Ensino Comercial, regulamenta a profissão de Contador e dá outras providências.
- 6). Decreto nº 21.241 – 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário.

Vale salientar que até a edição dos referidos decretos, eles foram recebidos como uma grande reforma teórica, porque era a primeira vez que uma reforma atingia profundamente a estrutura de ensino e, o mais importante, pela primeira vez foi imposta a todo território nacional.

Embora o ensino superior no Brasil tenha sido criado há mais de um século, no período em que a família real esteve no Brasil, de 1808 a 1821, a primeira organização desse ensino em Universidade foi determinado pelo Governo Federal durante o governo de Epitácio Pessoa, através do decreto nº 14.343/1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro.

O decreto nº 19.851/1931 instituiu o regime universitário, fixando seus fins no Brasil, ou seja, o decreto organiza a vida universitária, que até aquele momento não havia acontecido no ensino no Brasil. A lei previa a organização da instituição, a criação de órgãos e funções como Reitoria, Conselho Universitário, Assembleia, como também a direção de cada escola.

Além dessas mudanças editadas na reforma Francisco Campos, ela veio também contemplar definitivamente o currículo seriado; a frequência obrigatória; dois ciclos, um fundamental e outro complementar, que se constituíam em pré-requisitos para o ensino superior.

Fica claro na reforma apresentada a ênfase ao Ensino de Nível Secundário, o que pode ser explicado devido às pressões que o Estado sofria das classes médias urbanas que vislumbravam na educação um canal, ou seja, um veículo de ascensão social. (SÁ, 1979).

Ainda no âmbito educacional, os primeiros anos da década de 1930 foram marcados por novas que tiveram início através da denominação genérica de “Escola Nova” ou “Educação Nova”, que teve sua gestação no início do Séc. XX, e que ganhou projeção em 1930, pelas mãos de Lourenço Filho, publicando o livro “Introdução ao Estudo da Escola Nova”.

Esse movimento, que era formado por educadores da época, já havia se organizado, na década de 1920, em uma associação intitulada de Associação Brasileira de Educação - ABE, tendo um papel importante como instrumento de pressão sobre as autoridades governamentais, no sentido de renovação do setor educacional. A Associação Brasileira de Educação realizou várias Conferências Nacionais de Educação. A primeira delas, em 1927, deu-se em Curitiba/PR (ROMANELLI, 1978).

De acordo com a Fundação de Economia e Estatísticas do Rio Grande do Sul – FEE (1983, p. 27):

Os integrantes desse movimento, intitulado de Escola Nova, também foram chamados de Renovadores da Educação e travaram um debate com os Educadores Tradicionais, revelando, desse modo, um antagonismo entre os grupos, tendo os “renovadores” uma visão mais adequada ao momento histórico, no qual se apresentava.

Em concordância com acima exposto, Sá (1979, p. 62), acrescenta:

[...] os renovadores se opunham aquela concepção de educação de poucos, discriminada e incapaz de dar solução aos problemas práticos, símbolo de elite, uma educação fundamental, universal e ao mesmo tempo voltada para o trabalho produtivo, através de uma escola comum a toda população.

E essa forma de pensar a educação no Brasil se tornou o conteúdo principal do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, lançado em 1932 (Saviani, 2004).

Por outro lado, a autonomia individual dada a cada escola, consagrada nos artigos 8º e 9º, da reforma Francisco Campos, elimina a possibilidade de uma estruturação mais orgânica na Universidade, segundo Romanelli (1984, p. 134), e acrescenta:

[...] flagrante contradição com a descentralização interna, a dependência administrativo-burocrática de cada escola em relação ao Ministério da Educação, a cujo titular competia nomear até os membros dos Conselhos Técnico-Administrativos denunciava uma tendência acentuadamente centralizadora. Essa dupla ação centralizadora e descentralizadora, oscilante e dúbia, foi mais um reflexo do momento político em que vivia a nação. [...] Ela teve continuidade na evolução do sistema educacional até nossos dias.

Finalmente, a dependência total das demais categorias docentes, em relação ao catedrático, ao mesmo tempo em que consagrou um espírito aristocrático na condução do ensino, criou também um tipo de dependência entre políticos e sua clientela que foi transplantado para as Universidades, das relações sociopolíticas características do coronelismo.

A Constituição Federal de 1946 passa a adotar um sistema mais liberal e democrático, ao definir no art. 166 que “a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana” (BRASIL, 1946). Nesse contexto, além do Estado tornar-se responsável com as questões educacionais, a família também é chamada a participar

dela. Dentre os princípios defendidos nesta Constituição, destacam-se a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário a todos nas escolas públicas. Ainda, a legislação consolida que o ensino oficial ulterior ao primário seria oferecido àqueles que provassem falta ou insuficiência de recursos. (BRASIL, 1946, Art. 168, incisos II e III).

Os princípios de gratuidade e obrigatoriedade do ensino público partem das concepções discutidas ainda na década de 1930 e apresentadas à sociedade e ao governo através do documento conhecido como Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

A organização dos Sistemas de Ensino nos Estados e no Distrito é fixada no Art. 171, sendo que para sua implementação a União cooperará com auxílio pecuniário, o qual, em relação ao ensino primário, provirá do respectivo Fundo Nacional. (BRASIL, 1946).

Estas normativas legais estabelecidas na Constituição abriam “a possibilidade da organização e instalação de um sistema nacional de educação como instrumento de democratização da educação pela via da universalização da escola básica” (SAVIANI, 1998, p. 6).

Com a vida política do país voltando à normalidade através da redemocratização em 1946 é retomada a luta dos “pioneiros da educação nova”. Em 1948 o ministro Clemente Mariani apresenta um anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB à Câmara dos Deputados.

Por ter sofrido grande oposição, liderada por Gustavo Capanema, que defendia o controle da educação pela União, o projeto foi “engavetado” e só retomado em meados da década seguinte com a apresentação de substitutivos por Carlos Lacerda, sob orientação privatista. O processo de aprovação desta LDB foi longo e conflituoso, só sendo aprovada a Lei nº. 4.024, junto com o substitutivo Lacerda, em 20 de Dezembro de 1961. (HILSDORF, 2002).

O Golpe Militar de 1964, pôs fim a todas as iniciativas e as ideias de Reforma Universitária que era defendida pelo Movimento Estudantil daquele período conturbado da história brasileira, foi absorvido pelo Estado, mas de maneira centralizada, onde a tendência do controle do ensino privado já podia ser observado na LDB de 1961.

Durante o regime militar o ensino no Brasil sofreu duas grandes reformas entre os anos de 1968 e 1971, precedidas pelos acordos entre o Ministério da Educação e Cultura – MEC, e a *United State Agency International Development* –

USAID, onde o Brasil recebia apoio técnico e financeiro para implantar as reformas necessárias, que visavam atrelar o sistema educacional ao modelo econômico, dependente totalmente dos interesses americanos, provocando diversas mudanças na LDB.

Outro grande impacto para educação em decorrência do Golpe, foi a reestruturação da representação estudantil, com a “extinção” da União Nacional dos Estudantes - UNE, evitando a organização dos estudantes nacionalmente, “permitindo” a atuação dos Diretórios Acadêmicos - DA`s, e dos Diretórios Centrais dos Estudantes - DCE`s, mas só no âmbito dos curso e das universidades, respectivamente, sem exercerem ação política, tidas como subversivas. Ainda para manter sobre controle a juventude brasileira são instituídas, disciplinas de caráter ideológico e manipulador, no caso do ensino superior a disciplina Estudos de Problemas Brasileiros – EPB. (ARANHA, 1996).

1.4 A LDB e a educação superior no Brasil

Neste tópico serão apresentados os diversos caminhos pelos quais percorreram a Educação Superior no Brasil após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei de Nº 9394/96, que passou a constituir-se em unidades educacionais de extrema importância para a formação de profissionais que irão atuar em diversas áreas humanas, exatas, sociais, culturais, dentre outras, que irão atuar junto na sociedade e promover o desenvolvimento socioeconômico do país, pelo menos tem sido esse o discurso dos idealizadores da lei.

Logo em seguida, foi também votada e sancionada a Constituição Federal Brasileira, em 1998, é bastante detalhada e representou um salto de qualidade em relação às anteriores, sendo introduzidos instrumentos jurídicos necessários à sua garantia.

Nesse caso, leva-se em conta a abrangência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, nascida dois anos antes da promulgação da Carta Magna, onde ambas instituem o direito ao ensino de qualidade no país.

De acordo com a Constituição Federal, as Universidades devem obedecer ao princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Tal exigência não existe para as outras formas institucionais de Ensino Superior, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996), também dita que as universidades são instituições pluridisciplinares de formação de quadros profissionais de nível superior, de pesquisa investigação, extensão, domínio e cultivo do saber humano e devem, portanto, possuir:

I. Produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo sistemático dos temas e problemas relevantes, tanto do ponto de vista científica e cultural, quanto das necessidades de nível regional e nacional; II. Um terço do corpo, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado e doutorado; III. Um terço do corpo docente em regime de tempo integral. A universidade tem autonomia didática e científica, bem como autonomia administrativa e de gerenciamento de recursos financeiros e do patrimônio institucional.

Quanto à autonomia para a abertura de novos cursos, o Ministério da Educação e Cultura – MEC determina que as universidades estejam dispensadas de solicitar ao poder público autorização para abrir novos cursos superiores. (LDB. 1996).

A LDB estabelece, prioritariamente, que a educação superior tem por finalidade:

- I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. Formar diplomados, nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e, ainda, da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Atendendo a esses objetivos, organiza-se a educação superior no Brasil, que será ministrada em instituições de Ensino Superior, públicas ou privada, com variados graus de abrangência ou de especialização, a partir dos interesses institucionais de cada IES. (STALLIVIERI, (s/d); PORTO, 2003).

Todos esses direitos são, posteriormente, resguardados pela Constituição Federal, que no seu artigo 6º determina: São direitos sociais a educação, [...] na forma desta Constituição, onde pela primeira vez em nossa história Constitucional, explicita-se a declaração dos Direitos Sociais, destacando-se, com primazia, a educação.

No artigo 205, afirma-se que: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família. No artigo 206, especifica-se que: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] IV gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais. Inova-se a formulação da gratuidade, assegurando-a em todos os níveis, ampliando-a para o ensino médio, tratada nas Constituições anteriores como exceção e, também, para o ensino superior, nunca contemplada em Cartas anteriores.

O artigo que detalha o Direito à Educação é o 208, formulado nos seguintes termos: O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I. Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II. Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio
- III. Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- IV. Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- V. Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- VI. Oferta de ensino noturno regular, adequada às condições do educando;
- VII. Atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (CF, 1988).

Neste sentido, foi desenvolvido e regulamentado Plano Nacional da Educação – PNE, editado pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, em abril de 2007, tendo como suporte principal, a educação Superior. O plano estabelece ainda as principais ferramentas a serem utilizadas na promoção e garantia ao ensino superior no país, especialmente para os jovens de classes menos favorecidas, com garantias de acesso as instituições privadas.

CAPÍTULO II

Neste capítulo serão abordados os principais elementos formadores do sistema de ensino superior no Brasil através das políticas implantadas após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da LDB que foi implantada no ano de 1996.

No entanto, para que possa entender melhor o momento atual do ensino superior no Brasil é necessário considerar alguns fatores de ordem social, política, econômica, cultural, dentre outras, que juntos, puderam sistematizar e aumentar gradativamente a oferta de vagas nas universidades brasileiras.

Para tanto, será feito um relato sobre as instituições de Ensino Superior no país e sua atual configuração, em especial as divisões em que se distribuem atualmente, como tendências e caminhos que dizem respeito aos rumos da educação superior no Brasil.

2 O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Nas últimas décadas do século XX, o Brasil realizou avanços significativos no sentido de criar oportunidades para formar cidadãos e aumentar as reservas do capital intelectual e de profissionais capacitados e qualificados em diversas áreas do ensino superior, oferecendo-lhes, dessa maneira, melhores condições de ingresso no mercado de trabalho e bastante seletivo e exigente.

Não obstante, as matrículas para o acesso ao ensino superior praticamente dobraram nos últimos anos e continua a se expandir, principalmente para as classes menos favorecidas através de programas e de políticas públicas que estão voltadas para oferecer melhores oportunidades a este segmento da sociedade brasileira.

Embora o acesso a universidade tenha melhorado consideravelmente, o sistema de ensino não está aberto às amplas camadas da sociedade brasileira, mas que, gradativamente, os espaços vão sendo abertos e alunos de diferentes níveis sociais estão adentrando em universidades públicas e privadas no país.

A universalização do acesso ao ensino superior se constitui em um tema complexo e importante, sobretudo pelo cenário de construção da chamada sociedade do conhecimento e das mudanças que vem alterando as relações de trabalho através dos processos de globalização, como também as alterações que o Estado vem promovendo desde os anos de 1980 do século passado.

Uma década após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, foi possível observar mudanças no processo de descentralização da educação, onde as políticas governamentais deram maior autonomia aos estados e municípios na gestão de recursos, sobretudo na elaboração de projetos pedagógicos e na organização escolar, como a adoção dos ciclos, aceleração de estudos, dentre outros.

No entanto, é importante ressaltar que foi fortalecido o papel da união na coordenação da política nacional de educação, onde se destaca os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's, a constituição e implantação do sistema de avaliação e as alterações na gestão e no financiamento do ensino superior.

As alterações do ensino superior a partir de 1990, foram bastante significativas, isto em razão das mudanças na organização acadêmica, nos processos de avaliação, nos currículos dos cursos de graduação a partir de 1995, que tinham o objetivo de promover a diversificação, a diferenciação e a rápida aceleração da oferta de educação superior, o que veio a ocorrer, em especial, através do crescimento significativo do setor privado (PACECO & RISTOFF, 2004)

O termo denominado “processo seletivo” utilizado para o ingresso no ensino superior, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, está sendo aos poucos substituído pelo tradicional “vestibular”, e surge como proposta de ampliar os mecanismos de acesso às Universidades, tornando-se necessário na medida em que as ações governamentais e a legislação dela decorrente, contribuem de forma significativa para maior democratização do acesso, permanência e o aumento de alunos no ensino superior.

De certo modo, observa-se um número crescente na oferta de educação infantil, de zero a cinco anos (0 a 6anos), a perspectiva de universalização do ensino fundamental na faixa etária de seis a quatorze anos (6 a 14 anos) e o aumento da demanda e do acesso ao ensino médio (15 a 17 anos), incluindo-se também nesse contexto a Educação de Jovens e Adultos – EJA, o que de certa forma significa maior democratização das oportunidades educacionais nesses níveis de educação/ensino. Nesse contexto, torna-se evidente, no entanto, que não basta ampliar o acesso à educação, mas também garantir a permanência e a qualidade da educação para todos. Por sua vez, esse crescimento do atendimento em educação básica, sobretudo no ensino médio, repercutirá cada vez mais no aumento da demanda por educação superior, o que representa enorme desafio para o país no que tange à oferta de vagas nesse nível de ensino.

Atualmente as Instituições de Educação Superior – IES apresentam as seguintes brasileiras classificações: quanto à sua Natureza Jurídica, em públicas e privadas (com ou sem fins lucrativos) e, quanto à sua Organização Acadêmica, em universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, instituições superiores ou Institutos Superiores de Educação, criados e destinados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB à formação de professores.

No ano de 2004, o Censo da Educação Superior – 2004 registrou a existência de 2.013 IES no país, sendo 224 públicas (87 federais, 75 estaduais e 62 municipais) e 1.789 privadas (1.401 particulares e 388 Comunitárias/Confessionais/Filantrópicas), ou seja, as IES privadas representam 88,87% do total (CES, 2004).

Por sua vez, os cursos e níveis *da educação superior* ofertados no país são os seguintes:

- a) cursos sequenciais (de formação específica e de complementação de estudos);
- b) cursos tecnológicos;
- c) cursos de graduação;
- d) cursos/programas de pós-graduação, incluindo especialização, mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado;
- e) cursos de extensão, oferecidos nos níveis de Iniciação, Atualização, Aperfeiçoamento, Qualificação, Requalificação Profissional dentre outros.

Além desses cursos e etapas da educação superior, é preciso lembrar ainda dos chamados cursos emergenciais para formação de professores e dos cursos nas modalidades de ensino semipresencial e a distância - EAD, que vem tendo grande ênfase nas políticas educacionais na última década.

Em termos da população estudantil, pode-se afirmar que há uma baixa cobertura da educação superior. A taxa de escolarização líquida no país, para a faixa etária entre 18 e 24 anos, é de apenas 10,5 (INEP, 2005).

Segundo os dados do Censo da Educação Superior elaborado pelo INEP, havia no Brasil, em 2004, 4.163.733 alunos matriculados, sendo que apenas 1.178.328 (28,3%) estavam inscritos em IES públicas e 2.985.405 (71,7%) estudantes frequentavam IES privadas.

Apesar de os números anteriores parecerem expressivos, a universidade pública está distante de alcançar o estágio de massificação no Brasil. Os matriculados em IES públicas (1.178.328) são poucos diante dos números totais da população, sua diversidade cultural e fortes desigualdades sociais. Isto, acreditamos, justifica políticas direcionadas para os segmentos menos favorecidos

da sociedade e, sobretudo, para negros, índios e estudantes provenientes das escolas públicas conforme dados do INEP contidos na Tabela I abaixo:

Tabela I - Matrículas na educação superior no Brasil – 2004

MATRÍCULAS	FED	ESTAD	MUN	PUBL. TOTAL	PRIVADA	TOTAL
Diurno	430.388	266.772	35.874	753.034	956.351	1.709.385
Percentual (%)	74,9%	60,8%	27,2%	63,9%	32,0%	41,1%
Noturno	144.196	184.889	96.209	425.294	2.029.054	2.454.348
Percentual (%)	25,1%	39,2%	72,8%	36,1%	68,0%	58,9%
Total	574.584	471.661	132.083	1.178.328	2.985.405	4.163.733
Particip. relativa (%)	13,8%	3,2%	3,2%	28,3%	71,7%	100%

Fonte: INEP – Censo da Educação Superior 2004

Segundo os dados do INEP, é possível perceber pela tabela que existe ociosidade na infraestrutura pública universitária no período noturno. Ainda segundo o órgão, as IES públicas oferecem 36,1% de suas vagas em cursos noturnos. As IES federais têm 25,1% de suas matrículas à noite, as estaduais possuem 39,2% nessa categoria e as IES municipais (quase sempre pagas), mais abertas aos alunos trabalhadores, oferecem 72,8% de suas vagas no período noturno. Não há justificativa plausível para se concentrar a oferta de cursos, prioritariamente, à luz do dia.

Na média, são as IES públicas estaduais que mais se aproximam da apropriação ideal da infraestrutura instalada, que giraria em torno de 50%. Sob esse mesmo ponto de vista, as IES municipais apresentam maior oferta de vagas no turno noturno, gerando ociosidade, paradoxalmente, no período diurno (somente 27,2% das vagas), demonstrando que seus cursos são dirigidos para os alunos trabalhadores ou que as instalações acadêmicas são compartilhadas com escolas do nível básico de ensino.

Azevedo e Catani (2005, p. 78) comentando os dados divulgados pelo INEP, afirmam:

A “massificação” encetada a partir dos anos 1990 teve um viés mercadorizante, via oferta de ensino superior pago, e visou atingir, majoritariamente, o trabalhador estudante (ou o estudante/trabalhador) que, em tempos de flexibilidade no mundo do trabalho e de incentivo às soluções individuais, buscou sua formação em nível superior na iniciativa privada. Em 2004, de 2.985.405 alunos que estavam matriculados nas IES privadas, 68% estudavam no período noturno. Multiplique-se esse número por mensalidades e se chegará a cifras mais que milionárias.

Toda política pública ou iniciativa governamental de implementação de uma política social implica em mudanças no espaço de disposição dos atores sociais no campo de que trata o objeto de intervenção pública, causando rearranjos de acordo com a nova correlação de forças que pode, a partir daí, se construir. Assim, percebe-se que os atores sociais estão em luta constante por espaços e a efetivação de novas políticas apresenta-se como um momento de oportunidades de deslocamentos políticos no campo social.

2.1 O Estado de direito de acesso a educação superior

O processo histórico mostra que a educação superior no Brasil foi um processo lento e que aos poucos foi conquistando espaços e promovendo mudanças ao longo de cinco séculos, sendo, portanto, matéria regulada pelo Direito. Em um breve resumo, pode-se afirmar que a partir da Constituição Imperial de 1824, o Estado pode estabelecer a gratuidade para o ensino fundamental e direcionou seus esforços na criação de colégios e universidades, com vistas a promover uma melhor educação no país.

Tempos depois, a Constituição Republicana de 1891 avança um pouco mais quando determina que a União e os Estados passam a ter responsabilidades pela criação e manutenção das Instituições de Ensino Superior. Em 1934, a Constituição Federal determina a constitucionalização de direitos econômicos, sociais e culturais, apresentando dispositivos que passam a regular o ensino superior no Brasil.

Houve um retrocesso, segundo Randolpho (2010, p.16) quando da promulgação da Constituição de 1937, em que não se registrou nenhuma preocupação ou mudança com o ensino público.

Por sua vez, a Constituição Federal de 1988, deu um grande passo na valorização do Ensino Superior ao instituir a educação como direito de todos e dever do Estado, da família e da sociedade.

O Art. 205 determina que: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Não obstante, o primeiro passo foi conhecer o marco legal das normas que expressam o compromisso do Estado com a educação e que determinam os direitos subjetivos do cidadão. Além disso, pesquisar a logística e os meios concretos da

atuação pública, como o planejamento educacional que consta do Plano Nacional de Educação - PNE, o Plano de Desenvolvimento Educacional - PDE, o Programa Universidade Para Todos - PROUNI, e a Lei das Diretrizes e Bases da Educação - LDB, que são os sistemas de avaliação e o controle de qualidade da educação brasileira.

2.2 Principais programas de acesso ao Ensino Superior no Brasil.

Os principais programas de acesso ao Ensino Superior no Brasil surgem com maior ênfase a partir da década de 90 do século XX, com o acirramento do modelo neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso, que colocou em pauta propostas que visavam a reforma da educação superior com suporte do Banco Mundial que, além de apresentar propostas educacionais para o país, determinava uma série de condições, que conduziu a política nacional dos países a ele subordinados.

Comentando sobre esse período da história do ensino brasileiro, Silva Jr & Sguissard (2005) explicam:

No Brasil, a Reforma Universitária deve se compreendida como um processo de continuidades e rupturas. O exame das reformas da educação superior no século XX, e limiar do século XXI conduz à conclusão que se trata de mudanças no ordenamento jurídico-educacional que dão seguimento às modificações dos projetos políticos para o País em geral, numa efetiva síntese entre interesses nacionais e internacionais.

Um exemplo prático dessas políticas internacionais está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, de nº 9.394/96, que seguindo os ditames constitucionais promoveu uma série de mudanças no ensino superior, com novas modalidades de cursos, currículos e programas educacionais, necessárias à melhoria da qualidade e expansão dessa modalidade de ensino no país.

Apesar das mudanças fundamentadas na lei, não se pode afirmar que na década de 1990 houve uma reforma real no ensino universitário brasileiro.

O anteprojeto, tanto no seu conteúdo específico, como na exposição de motivos elaborados pelo Ministério da Educação e encaminhado à Presidência da República, propunha o fortalecimento e regulamentação do setor público federal e privado, sendo que o foco estava centrado no setor privado. A versão preliminar do documento apresentado pelo governo recebeu inúmeras críticas e propostas de

emendas pelos parlamentares, por não atender, segundo as alas mais radicais, os anseios da comunidade universitária.

Entre os aspectos que causaram maiores polêmicas, destacam-se: a) o financiamento das IFES; b) o Plano de Desenvolvimento Institucional; c) critérios para normatizar a avaliação e a regulação das IES; d) consolidação da autonomia universitária plena em todos os sistemas; e) aplicação adequada do princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão; f) a responsabilidade social das IES; g) contemplar a diversidade de modelos de IES, programas e modalidades; h) estabelecer condições, incentivos e propostas para articulação e integração com a educação básica e i) respeitar a Constituição Brasileira e o novo Código Civil (MACEDO, 2005).

Não obstante, vale salientar que o financiamento é um dos principais elementos de implantação de políticas públicas, condições essas que explica sua relação direta com os limites e a qualidade dos serviços a serem oferecidos à população.

2.2.1 Programa Universidade para Todos - PROUNI

O Programa Universidade Para Todos – PROUNI foi editado através da Medida Provisória nº 213/2004, no governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, e normatizado pela Lei 11.096/2005, com a perspectiva de favorecer alunos oriundos das classes menos favorecidas, onde o Ministério de Educação procura reduzir as vagas ociosas, cada vez em maior números, nas instituições privadas. Assim, a lei dispunha sobre a concessão de bolsas nos cursos de graduação sequenciais de formação específicas nas universidades privadas do ensino superior, destinadas a estudantes de baixa renda que concluíram o ensino médio na rede pública de ensino e que tenham prestado o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

Em contrapartida, para receber esses alunos em suas dependências, o o governo oferece às empresas que aderirem ao programa a isenção de alguns tributos. Apesar da expansão do número de vagas, em 2004, a escolaridade líquida da população na faixa etária de 18 a 24 anos é de 10%. (INEP). A desigualdade de renda e a pouca qualidade do ensino público nos níveis fundamental e médio são fatores que favorecem essa desproporcionalidade.

O programa prevê ainda outras concessões aos candidatos do PROUNI, como por exemplo, reserva de bolsas de estudos para portadores de deficiências, negros, pardos e índios autodeclarados.

Alguns segmentos da sociedade brasileira não o veem com bons olhos, alegando que, além do sucateamento das universidades públicas existe o interesse oculto de privatização, processo este, bastante acelerado nos dias atuais, além da transferência de recursos públicos e a deterioração da qualidade do ensino.

Morais (2001, p. 66) argumenta que:

[...] várias vantagens para as elites conservadoras, que geralmente conduzem as reformas. Em primeiro lugar os benefícios focalizados reduzem custos; os setores no extremo da pobreza são conquistáveis com recursos limitados. Afinal, pobre custa pouco, muito pouco. Em segundo lugar, racionalizam a velha política de clientela. Benefícios dirigidos e particularizados não correm o risco político de serem confundidos com medidas que criam direitos universais ou bens públicos, sempre submetidos, estes últimos, a demandas de extensão e generalização. Permitem também a distribuição mais discricionária dos recursos. Além de seletivos (e por causa disso), têm mais chance de impor condições à concessão, dando forma mais clara às manifestações de gratidão dos beneficiados.

Morais (2001, p. 66) vai mais além nas críticas sobre o programa quando afirma que, ao focalizar grupos, recursos e benefícios, está substituindo a política de acesso universal pelo acesso a pequenos grupos, e acrescenta:

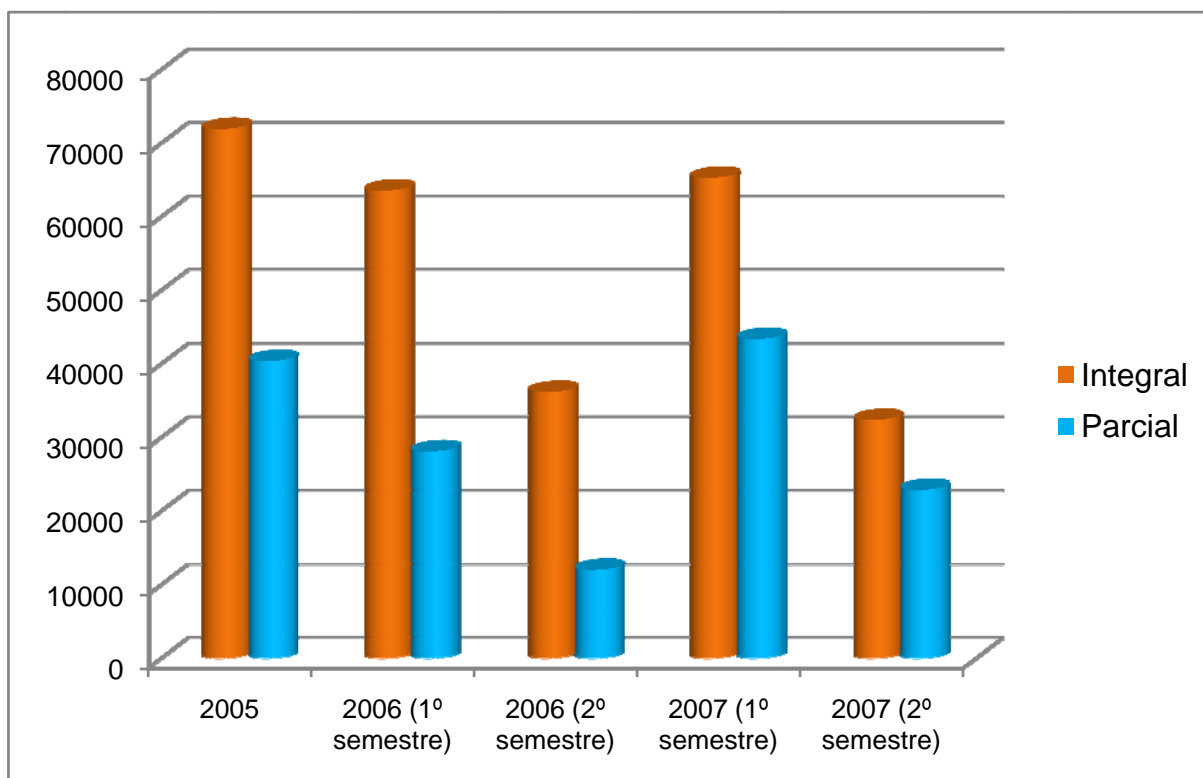
O acesso universal faz com que os serviços sejam considerados direitos sociais e bens públicos. O acesso seletivo permite definir mais limitadamente e discriminar o receptor dos benefícios. [...] As políticas sociais do neoliberalismo, por sua vez, aproximam-se cada vez mais do perfil de políticas compensatórias, isto é, de políticas que supõem, como ambiente prévio e 'dado', um outro projeto de sociedade definido em um campo oposto ao da deliberação coletiva e de planificação. O novo modelo de sociedade é definido pelo universo das trocas, pela mão invisível do mercado.

Discussões à parte, a lei determina que as inscrições para o processo de seleção são realizadas através da Internet e cabe a IES credenciada oferecer o acesso por meio eletrônico aos candidatos.

Ao aderir ao PROUNI, a IES deve conceder uma bolsa de estudo para cada nove alunos regularmente matriculados e, no caso da IES beneficente, o percentual é de uma bolsa para cada quatro alunos matriculados. A concessão de bolsas está limitada a 10% do total de matriculados, devendo a IES atentar para a

proporcionalidade em relação aos cursos oferecidos, turnos e unidade administrativa. O processo de seleção de bolsistas deve beneficiar também as populações minoritárias como negros e índios em igual proporção à sua participação no conjunto populacional, razão para que o Programa seja identificado como ação afirmativa.

Entre os anos de 2005 a 2007, o número de bolsas de estudos ofertadas pelo PROUNI, foram as seguintes:



Fonte: MEC (2008).

Gráfico 1 - Número de bolsas de estudos ofertadas pelo PROUNI entre os anos de 2005 a 2007

De acordo com os resultados do próprio MEC, para além das bolsas de estudo, integrais ou parciais, o governo federal autorizou, por meio da Medida Provisória 251 de 2005, a concessão da bolsa permanência, no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, exclusivamente para o pagamento de despesas educacionais, para estudantes beneficiários de bolsa integral, matriculados em turno integral. Os estudantes que receberam bolsa parcial podem recorrer ao Fundo de Financiamento do Ensino Superior - IES. A adesão ao PROUNI permite a IES a isenção do recolhimento de impostos e tributos incidentes sobre as receitas

provenientes das atividades desenvolvidas na educação superior (CORBUCCI, 2004).

2.3 Uma análise crítica do PROUNI

A Lei 11.096/05 de 13 de janeiro de 2005 que criou o PROUNI, no seu Art. 1.º determina que sejam concedidas bolsas de estudos integrais e parciais de 50,0% ou de 25,0% para estudantes que tenham cursado os três anos no Ensino Médio público ou em escolas privadas na condição de bolsistas integral, para cursarem a graduação, os cursos sequenciais ou de formação específica.

Na contramão da estrada, o governo oferece às instituições que aderirem ao programa a renúncia de impostos que beneficia, principalmente, as instituições com fins lucrativos que ficam isenta de impostos a partir da adesão.

De acordo com Davies (2004, p. 97):

[..] são muitas as debilidades do Prouni. A mais grave, sobretudo num governo que alegava defender a escola pública, é que representa a desresponsabilização do governo federal com a expansão do ensino superior público e incentivo à iniciativa privada, que contou e conta ainda com muitos estímulos por parte do poder dito público. Outra é que parte do pressuposto que o estudante carente pode ficar numa IES de pior qualidade, como é o caso das privadas de modo geral.

Torna-se evidente que a qualidade das instituições privadas apontadas por Davies, acima mencionado, não é o único enfrentado pelos trabalhadores, uma vez que o parágrafo 1.º da lei que criou o PROUNI estabelece que: “a bolsa de estudo será concedida a brasileiros não portadores de diploma do curso superior cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 01 salário mínimo e meio”.

Levando-se em consideração que este valor se refira à renda familiar, entende-se que este valor seja incompatível para a permanência de um estudante da faculdade privada, visto que, com essa renda, ele não terá condições para compra de material didático, deslocamento, alimentação e outras despesas que o programa não cobre.

Por último, observa-se que ao criar o PROUNI abre possibilidades de inserir alunos da classe trabalhadora no ensino superior via iniciativa privada, reduz substancialmente as possibilidades de que essa classe venha ter acesso a um ensino de qualidade e ao conhecimento científico, isto porque a pressa em formar o

aluno mais rapidamente, poderá trazer consequências danosas como a de uma educação baseada na tríade ensino, pesquisa e extensão.

Concluindo, verifica-se que na verdade o modelo de sociedade, de desenvolvimento adotado, concentrador de renda, segregacionista, baseado no acúmulo de capital das elites, acabou por influenciar o modelo de ensino e de educação do país. E a educação não tem conseguido influenciar a sociedade como um todo no sentido de transformá-la, pois está condicionada a manter seu “*status quo*”. Nesse contexto, os planos de educação foram muitos e diversificados, e as políticas implementadas por sucessivos governos, em diferentes esferas de poder, não conseguiram romper com o paradigma da sociedade que vem se reproduzindo ao longo das décadas.

Finalmente, pode-se constatar que nenhuma reforma ou lei conseguiu alcançar totalmente os verdadeiros fins e objetivos da educação brasileira. Espera-se, no entanto, que o PROUNI possa alcançar pelo menos uma parte desses objetivos.

2.4 Fies - Financiamento Estudantil

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, programa do Ministério da Educação e Cultura – MEC, instituído no ano de 1999, e é operacionalizado pela Caixa Econômica Federal – CEF.

O objetivo do FIES é financiar a graduação no ensino superior de estudantes que não têm condições de arcar integralmente com os custos de sua formação. O Fundo financia em até 100% do valor da parte da mensalidade devida pelo estudante à instituição de ensino na IES privadas. O candidato ao financiamento deve estar matriculado em uma instituição privada e cadastrado no programa e atender as exigências legais que o programa determina. Não podendo ser cadastrado cuja matrícula acadêmica esteja em situação de trancamento; que já foram beneficiados pelo FIES e que sejam responsáveis por inadimplência com o Programa de Crédito Educativo(PCE/CREDUC); beneficiários de bolsas integral ou parcial do ProUni, bem como em curso/ habilitação/turno diferente daquele vinculado a sua bolsa; alunos cuja renda bruta total mensal familiar seja inferior ao valor da mensalidade do curso a ser financiado.

Por sua vez, o PROUNI visa preencher as carências de acesso aos estudantes pobres ao ensino superior por meio da oferta de bolsas de estudos em diversas modalidades, para instituições mantidas pela iniciativa privada.

2.5 Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

Além do PROUNI, outros programas foram criados para oferecer apoio aos alunos que desejam ingressar no Ensino Superior está o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, que é direcionado está processo de seleção. Este exame é de caráter obrigatório na disputa pelas bolsas do Programa Universidade Para Todos- PROUNI. Em 2005, o programa recebeu mais de três milhões de inscrições, segundo dados do INEP, sendo que desse total, 75,0% realizam as provas em 730 municípios brasileiros, e 900 mil alunos concorreram ao financiamento do FIES, onde mais de 100 estudantes foram contemplados (INEP, 2005).

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura – MEC, em breve todas as instituições federais devem adotar o ENEM como seleção para ingresso em suas dependências, uma vez que o órgão está construindo parcerias com universidades, comunidade acadêmicas e gestores estaduais, levando em conta a autonomia das instituições para adoção do programa.

Por sua vez, o órgão federal definiu um prazo de três anos, ou seja até 2012 para consolidar o processo de seleção unificada nas instituições federais, e durante esse período, elas poderão compatibilizar o antigo processo de seleção com outras modalidades de seleção. Nesse caso, existem quatro possibilidades de se utilizar a nota do ENEM para ingresso do aluno na instituição: como fase única; como primeira fase; como fase única para as vagas remanescentes após o vestibular, ou combinado ao atual vestibular da instituição, sendo que neste último caso, a IES definirá o percentual da nota obtida do exame do ENEM para a construção de uma média junto à prova do vestibular.

Também ficou definido que durante o período de implantação do sistema, um grupo de pesquisa constituído pelo INEP realizará o monitoramento da migração das IES federais no novo processo seletivo. O objetivo é avaliar as mudanças provocadas pelo novo método e, caso seja necessário, propor mudanças de adequação e aperfeiçoamento ao sistema.

Tabela II – Evolução de matrículas no PROUNI de 2005 a 2007

ANO								
ESTADOS	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
NORTE								
Acre	111	388	583	616	687	623	949	679
Amapá	502	454	252	466	637	418	604	473
Amazonas	1.589	1.757	1.847	2.832	3.653	4.193	4.868	2.871
Pará	1.975	2.291	1.818	2.805	4.031	3.869	4.199	19.520
Rondônia	948	975	1.254	2.139	1.898	1.795	2.413	1.900
Roraima	192	713	471	428	471	366	465	2.27
Tocantins	456	643	732	786	996	885	998	973
Totais	5.773	7.221	6.957	10.072	12.373	12.149	14.496	26.643
NORDESTE								
Alagoas	414	467	589	747	1.318	1.274	1.047	895
Bahia	9.807	7.555	12.411	17.273	11.968	13.194	9.541	6.930
Ceará	2.302	1.847	1.928	2.253	2.481	2.902	3.228	2.896
Maranhão	853	1.122	2.421	2.652	3.357	3.675	4.360	3.441
Paraíba	629	736	1.039	1.836	1.898	1.724	2.071	1.445
Pernambuco	1.733	2.130	2.117	3.562	4.215	3.595	4.270	3.048
Piauí	707	834	1.208	1.259	1.501	1.697	1.694	1.247
Rio G do Norte	1.531	3.098	2.070	5.296	3.167	3.295	3.867	2.479
Sergipe	306	751	1.251	3.978	6.252	2.199	2.560	1.176
Totais	18.282	18.540	25.034	38.856	36.157	33.555	32.638	23.557
SUDESTE								
Espírito Santo	2.241	2.290	2.563	5.001	3.892	3.562	4.152	2.963
Minas Gerais	12.023	16.850	19.961	26.060	27.553	26.393	27.792	19.520
Rio de Janeiro	9.449	13.239	10.053	12.237	12.423	11.163	12.986	9.662
São Paulo	35.652	36.775	48.058	73.541	84.442	84.817	87.568	67.995
Totais	59.365	69.084	80.635	116.839	128.310	125.935	132.498	100.140

SUL								
Paraná	9.483	15.481	20.575	22.493	23.717	19.841	21.313	20.415
Rio G do Sul	8.138	11.336	10.038	10.035	14.198	16.328	19.768	12.060
Santa Catarina	1.900	3.396	5.470	6.875	10.415	9.305	9.620	7.531
Totais	19.521	30.343	36.083	39.403	48.330	45.474	50.701	40.006
CENTRO-OESTE								
Distr. Federal	2.365	4.055	4.858	6.566	5.789	6.019	6.305	5.374
Goiás	3.463	3.901	5.142	7.743	7.985	7.935	9.044	6.950
Mato G do Sul	1.731	2.264	1.807	2.578	4.869	4.611	3.705	4.517
Mato Grosso	1.775	3.260	3.338	2.948	3.830	4.763	5.211	3.347
Totais	9.334	13.480	15.145	19.835	22.473	23.328	24.265	20.188
TOTAL	112.275	138.668	163.854	225.005	247.643	240.441	254.598	210534

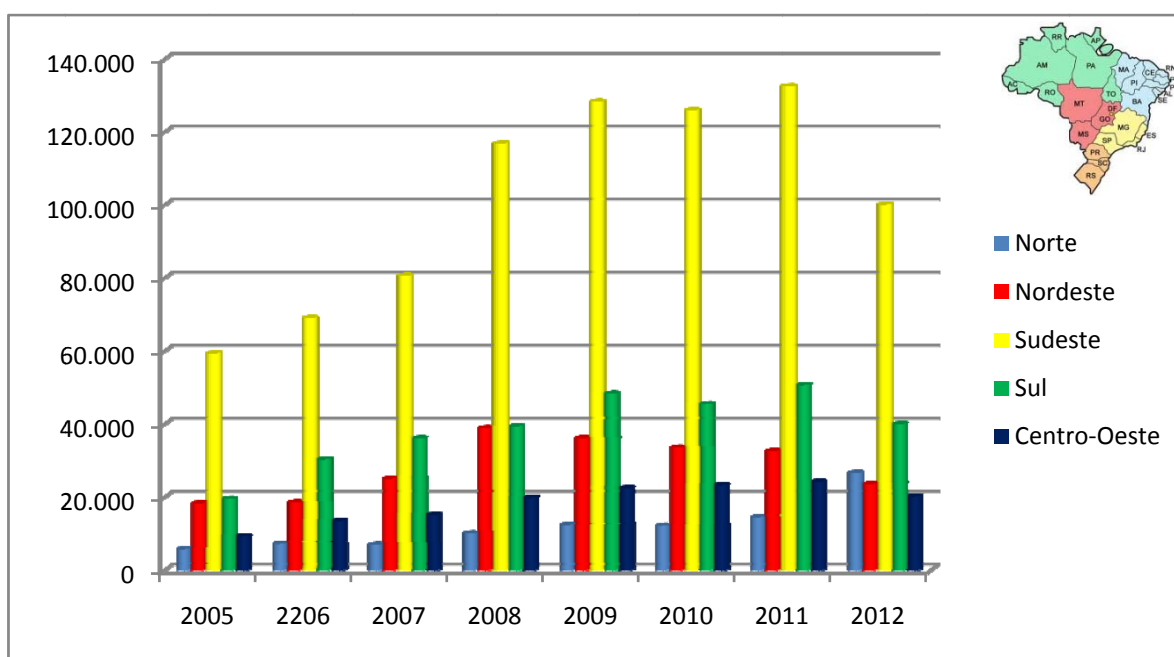
Fonte: Sisprouni (2012) - Bolsistas Prouni: 2005/1º semestre de 2012

Pesquisa realizada pelo Ministério da Educação e Cultura verificou que o entre os anos de 2005 a 2007 aumentou o número de matrículas em cursos superiores, tanto no ensino privado como público. Analisando os dados do MEC é possível observar que o programa do governo federal tem sido uma alternativa no processo de inclusão da educação superior no Brasil, conforme demonstrado na Tabela II.

Os dados apresentados pelo MEC para a evolução e crescimento de matrículas do PROUNI, no período correspondente de 2005 ao primeiro semestre de 2012 foi bastante significativo. Assim, pode-se concluir que o programa vem atendendo as necessidades de inclusão dos alunos que, após a realização das provas do ENEM, são alocados para outras universidades, e assim, passam a integrar-se à sociedade acadêmica que anos atrás era impensado.

Mesmo assim, quando se faz uma análise mais apurada dos números apresentados pelo Prouni por Região, entre os anos de 2005 (ano em que o programa foi implantado), até o ano de 2011, levando-se em consideração que 2012 foi um ano atípico, ou seja, os dados referem-se apenas ao 1º semestre, verifica-se que em algumas regiões os números de bolsistas inscritos no Programa foram menores. Senão vejamos: em todas as regiões brasileiras os anos em que ocorreu maior volume de inscritos foi entre 2009 e 2011, com exceção para a Região Nordeste, onde o maior volume de inscritos ocorreu no ano de 2007 (Gráfico 2)

Gráfico 2 – Índices de crescimento de inscritos no Prouni nas Regiões brasileiras entre 2005 e 2012



Fonte: Sisprouni (2012) - Bolsistas Prouni: 2005/1º semestre de 2012

Por outro lado, essa mesma tendência pode ser observada quando se compara os dados do Prouni no contexto geral, ou seja, quando os dados apontam para um número crescente de alunos que estão cada vez mais aderindo ao programa.

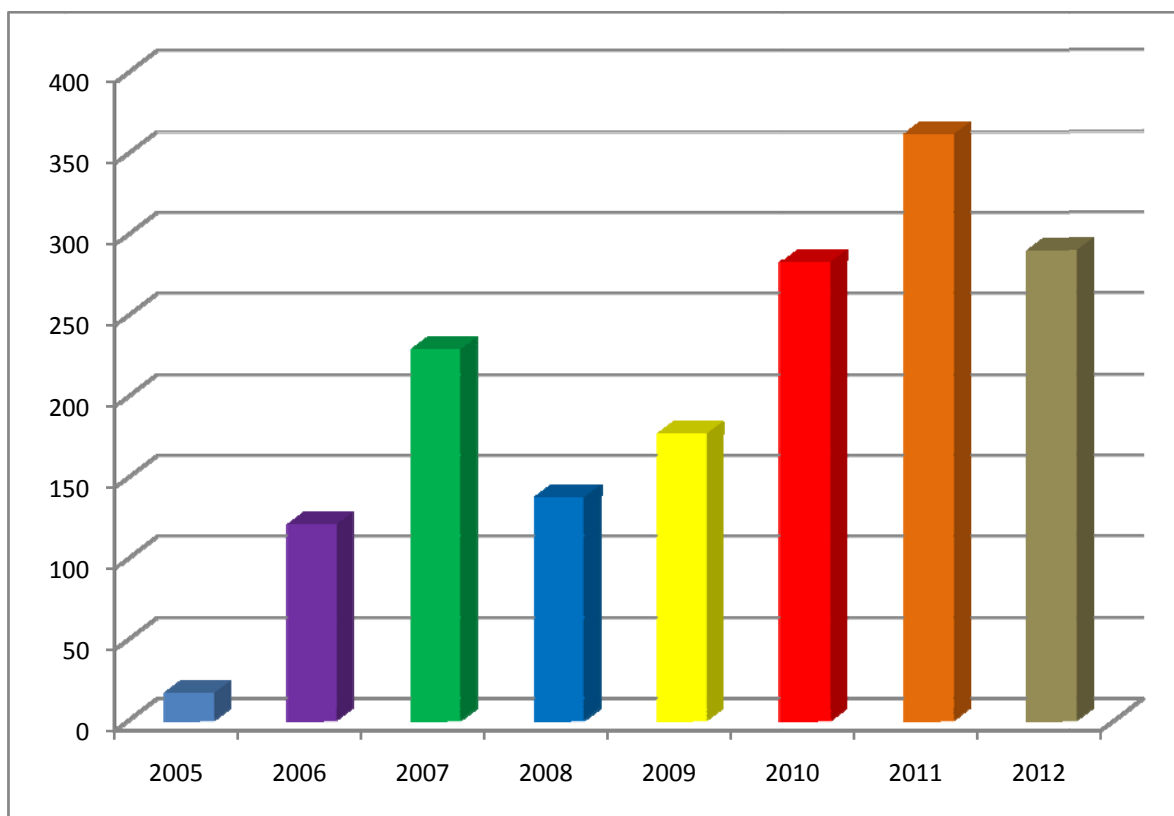
Levando-se em consideração o ano de 2012, cujos dados fazem referência somente ao primeiro semestre do ano, é possível observar que, com exceção das Regiões Norte e Nordeste, as outras três regiões indicaram um aumento bastante significativo.

Tabela III – Números de bolsas ofertadas ao município de Juazeiro do Norte no de 2005 até o primeiro semestre de 2012

2005	2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012
2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem	2º Sem	1º Sem
17	13	108	129	100	61	77	77	100	193	90	209	153	290

Fonte: Sisprouni (2012) - Bolsistas Prouni: 2005/1º semestre de 2012

Gráfico 3 – índice de crescimento de inscritos no Prouni em Juazeiro do Norte de 2005 ao 1º semestre de 2012.



Fonte: Sisprouni (2012) - Bolsistas Prouni: 2005/1º semestre de 2012

CAPÍTULO III

3 O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS – PROUNI COMO POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL

Este capítulo procura analisar a implantação do PROUNI como política de inclusão social, uma vez que ele oferece oportunidades de ingresso no ensino superior às classes menos favorecidas da população brasileira, além de oferecer recursos financeiros para que estes alunos possam concluir o curso de formação acadêmica sem maiores problemas.

Portanto, com relação às oportunidades inovadoras que o programa em si proporciona, procura-se neste capítulo retratar a rede de relações desencadeadas por uma política de ação afirmativa do Governo Federal, em prol da inclusão no ensino superior privado de grupos sociais dele antes excluídos, através de ações induzidas sobre uma universidade.

Não obstante, como política pública de ação positiva desenvolvida pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, tem se voltado para inclusão socioeducativa associada à renúncia da política fiscal da União, que destina bolsas de estudos a alunos que pretendem ingressar no ensino superior das escolas públicas e privada, caracterizada pela situação social, econômica, cultura e étnica.

De acordo com Belloni (2001: 14): A avaliação de política pública é um dos instrumentos de aperfeiçoamento da gestão do Estado que visam ao desenvolvimento de ações eficientes e eficazes em face das necessidades da população.

Os debates no Brasil sobre a democratização do Ensino Superior no país se intensificaram a partir da década de 90, que enfatizou as políticas de cotas nas universidades públicas através do PROUNI, que previa o ingresso de estudantes nas escolas públicas e privadas para os excedentes do vestibular

Atualmente, a questão das cotas raciais tem sido objeto de discussão no país pelos diversos segmentos da sociedade, no judiciário e nas próprias universidades.

Pode-se afirmar, no entanto, que o debate sobre cotas raciais no ensino superior passou a integrar a agenda política do movimento negro com mais contundência, a partir da década de 80, porém somente agora ele ganha visibilidade no cenário nacional, proporcionado pela mídia e pela cobrança nos meios acadêmicos e pela sociedade em geral.

Comentando a respeito do assunto, Gomes (2004, p. 46) afirma:

Até a década de 80 do século XX, a luta do movimento negro brasileiro, no que se refere ao acesso à educação, tinha um discurso mais universalista: mais escolas, universalização da educação básica para todos, mais vagas na universidade para todos. Porém, à medida que o movimento negro foi constatando que as políticas públicas de educação, de caráter universal, ao serem implementadas, não atendiam a grande parcela do povo negro, o seu discurso e suas reivindicações começaram a mudar. É nesse momento que as cotas, que já não eram uma discussão estranha no interior da militância, emergem como uma possibilidade e, hoje, passam a ser uma demanda política real e radical.

A discussão sobre cotas no Brasil não se restringe ao movimento negro, mas faz parte da luta do movimento social, ou seja, articulando-se ao debate do reconhecimento de cotas para portadores de necessidades especiais e para mulheres nos partidos políticos e nas representações públicas. Outro aspecto importante de destacar é que a reivindicação por cotas raciais não se limita aos cursos superiores, mas a composição dos quadros funcionais de alguns setores do poder público (SILVA, 2004).

Ainda de acordo com Silva (2004, p. 22) as ações afirmativas são caracterizadas como: [...] políticas públicas (e também privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física.

A população brasileira com características pobres, afrodescendentes, e indígenas provenientes de escolas públicas há muito que buscam direitos e oportunidades iguais, principalmente educacionais, uma vez que a ausência de políticas de inclusão social, racial e étnica somente há pouco tomou rumos mais positivos para erradicação do preconceito contra as minorias no país.

Segundo o Ministério da Justiça, na Portaria n.º 1156 de 20 de dezembro de 2001, a ação afirmativa é considerada como um dos instrumentos de promoção da cidadania e da inclusão social, possibilitando a garantia a todos os cidadãos brasileiros dos direitos consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Outra questão bastante delicada que ainda se discute, está em conceituar o termo “inclusão social”, que é apontado como objeto mais amplo das ações afirmativas para dela passar a existir o exercício de cidadania. Na realidade o

conceito de cidadania está diretamente relacionado ao processo de emancipação do indivíduo nos aspectos sociais, histórico, político e cultura.

Em termos gerais, Boneti (2005, p. 3) afirma:

Em síntese, o conceito de inclusão carrega consigo dois pesos desfavoráveis: o primeiro deles diz respeito à sua herança teórica e metodológica utilizada para a sua formulação, o da dicotomização do *dentro* e do *fora*, coisa que a sua palavra-mãe, a exclusão, já superou ou, no mínimo, está em processo conforme visto em páginas anteriores neste trabalho. O segundo diz respeito à agregação de ingredientes conservadores da sociologia política, associando a inclusão à cidadania, como condição de estar incluída no “contrato” social e assim, usufruir de direitos. Ambas as situações fazem com que a palavra inclusão assuma uma significação da existência de um único projeto político de sociedade, o da classe dominante, reservando-se a esta classe o monopólio do controle do acesso aos serviços públicos, aos bens sociais, aos saberes, aos conhecimentos tecnológicos, à cultura etc.

Porém, vale ressaltar que o PROUNI pode ser visto como a alternativa de que o governo se valeu para preencher vagas ociosas sem ampliar diretamente o volume de gastos federais. Esta lógica atende à política de controle de gastos públicos e aos objetivos de sustentabilidade da dívida, já que a fixação do superávit primário restringe o financiamento das políticas públicas no âmbito do orçamento fiscal.

O aumento pela procura de vagas ociosas combinadas à procura pelo Ensino Superior da população de baixa renda fez que com o Ministério da Educação estendesse o programa as instituições privadas em troca de renúncia fiscal.

CAPÍTULO IV

4 O PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI NA FACULDADE PARAÍSO DE JUAZEIRO DO NORTE - CE

Atualmente a instituição tem um total de 1.119 alunos matriculados no curso de Direito. O total de alunos bolsistas do Prouni na Instituição é de 126 sendo que para o curso de Direito são destinadas 56 bolsas. As bolsas do Prouni na FAP são todas integrais, ou seja, 100%. Não foi destinado à instituição bolsa parcial.

O número de bolsas destinadas à instituição é feito de acordo com as informações dadas através do Censo.

Tabela IV– Números de alunos matriculados na FAP inscritos no Prouni por semestre

Semestre	TURNOS		Nº de alunos matriculados	Nº de Bolsistas do Prouni
	Manhã	Noite		
1º	101	59	160	7
2ª	96	88	184	10
3º	67	78	145	5
4º	56	64	120	8
5º	34	50	84	4
6º	49	56	105	3
7º	40	56	96	7
8º	27	42	69	2
9º	30	50	80	5
10º	33	43	76	5
TOTAIS	533	586	1.119	56

Fonte: Faculdades Paraíso/2012

Calculando a porcentagem sobre o número total de alunos matriculados, chega-se ao 5,0% o percentual de alunos bolsistas.

4.1 Um breve histórico da Faculdade Paraíso - FAP de Juazeiro do Norte – CE

Este trabalho de pesquisa foi realizado junto à comunidade acadêmica da Faculdade Paraíso entre os dias 05 e 20 de maio de 2012, através de um questionário próprio, com o propósito de traçar um perfil do Programa Universidade Para Todos – PROUNI, cujo objetivo maior é conhecer as reais condições desse programa na referida faculdade.

A Faculdade Paraíso localizada na cidade de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, oferece atualmente à comunidade os seguintes Cursos de Graduação: Administração, Direito e Sistemas de Informação.

Os cursos de graduação possuem currículos atualizados alinhando teoria e prática de forma que o aluno possa exercer um papel social importante, contribuindo para o desenvolvimento econômico, cultural, educacional e político no meio em que está inserido.

Os professores e coordenadores possuem formação acadêmica e humanista o que contribui para uma boa prática de ensino e formação profissional completa.

A Faculdade Paraíso – FAP, em pouco mais de cinco anos de atividade se destaca na educação superior do Cariri, a exemplo do Colégio Paraíso na educação infantil ao ensino médio e pré-vestibular. Além dos cursos de Direito (com parecer da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB favorável à autorização e ao reconhecimento) e Administração, possui também o curso de Sistemas de Informação (Informática) autorizado por meio da Portaria n.º 1.146, de 27 de dezembro de 2006.

A FAP, além dos espaços do Colégio Paraíso e Fiúsa Educacional (sua mantenedora), funciona numa sede própria, ao lado do colégio, com todas as salas de aula amplas e refrigeradas, que contribuem para um aprendizado mais eficaz. Estão disponíveis para os alunos da FAP, quatro laboratórios de informática totalizando 100 computadores, todos com acesso à Internet banda larga; além de 03 auditórios climatizados com capacidade para 150, 112 e 285 lugares.

Funcionam também, já direcionando os alunos para a prática da profissão, o Núcleo de Extensão em Tecnologia de Informação – NexTI, a ADS – Empresa Júnior de Administração e o Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, reafirmando o compromisso com uma formação completa de seus alunos e aproximando a teoria da prática. A FAP possui ainda convênios para estágio com mais de 50 empresas e órgãos da região e do estado, dentre os quais: Defensoria Pública (com a qual possui convênio para o funcionamento do NPJ), Justiça Federal, Ministério Público Estadual e Federal, MPFT, Prefeitura de Juazeiro do Norte e de Mauriti, CIEE, IEL, Correios, entre outros. É a única IES do interior do estado a possuir o programa, em parceria com a Defensoria Pública e a Secretaria de Segurança Pública, chamado: "Reconstruindo a Liberdade". Vale a pena frisar que todos os núcleos desenvolvem atividades direcionadas à comunidade e muitas vezes prestam serviços gratuitos

que favorecem e fortalecem as políticas de responsabilidade social de sua comunidade acadêmica.

A FAP realiza anualmente no mês de dezembro o seu Encontro de Iniciação Científica, evento que vai para a sua terceira edição e muito estimula nossos alunos e professores a enveredar no campo das descobertas científicas. É um evento aberto a todas as IES do Ceará, com ampla divulgação e repercussão acadêmica e que já recebeu uma menção honrosa da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, quando em sua primeira edição. O programa de pesquisa da FAP inclui também bolsas de pesquisa.

A FAP, com apenas 03 cursos, possui uma biblioteca com mais de 18 mil exemplares nas áreas de Direito, Administração e Informática, além de mais de 50 assinaturas de revistas científicas periódicas nas áreas citadas. A biblioteca permite aos seus alunos renovação de livros emprestados e consulta de acervo via web, além de possuir mais de 1.500 títulos de DVD à disposição de discentes, docentes e colaboradores.

A FAP foi concebida a partir da filosofia e princípios cristãos que regem e orientam o Colégio Paraíso que em 40 anos de existência moldou um conceito de instituição séria na educação, com formação plena e resultados comprovados. Um modelo que possibilita grandes aprovações em vestibulares; que obteve no ENEM de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009 (primeiro lugar do estado entre as sedes) os primeiros lugares dentre todas as escolas particulares de ensino médio do interior do Ceará demonstrando que mesmo com limitações inerentes à realidade interiorana é possível desenvolver um trabalho diferenciado e pautado na qualidade do ensino.

Um corpo docente preparado e titulado (composto em sua maioria por mestres com tempo parcial e integral), recursos didáticos modernos e uma equipe administrativa presente, acessível e atuante, fazem da FAP uma instituição séria, dirigida por educadores com ideal firmado na qualidade e no compromisso com você.

4.2. Institucional

A Faculdade Paraíso tem como objetivo ser um centro irradiador de experiências educacionais e de práticas inovadoras, contribuindo para diminuir as naturais carências sócio-econômico-culturais do meio de atuação e que se traduzem em baixos indicadores sociais de qualidade de vida.

Como IES inserida no contexto nordestino, espera contribuir para a defesa da cidadania e para o desenvolvimento e progresso integral e auto-sustentável de sua área geo-educacional.

4.2.1. Missão

Promover ações diferenciadas de ensino, pesquisa e extensão contribuindo para a formação de recursos humanos, fundamentados em valores éticos e de cidadania, vivenciando-se uma renovada visão de mundo e de ativo espírito crítico reflexivo sobre o homem e a realidade regional.

4.2.2 Objetivo Geral

Promover qualificação pessoal e capacitação profissional de excelência, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade no atendimento diferenciado da sua clientela, abrindo espaços de inclusão e de transformação social.

4.2.2.1 Objetivos específicos

A Faculdade Paraíso tem os seguintes objetivos:

- ✓ estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- ✓ formar recursos humanos nas áreas de conhecimento que atuar, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo ações para sua formação continuada;
- ✓ incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;
- ✓ promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- ✓ suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

- ✓ estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- ✓ promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

4.3 Políticas Institucionais

Na definição das políticas institucionais, a Faculdade Paraíso leva em consideração o fato de que essas políticas definem as linhas mestras que orientam as ações dos diferentes segmentos acadêmicos, em consonância com a sua missão.

As políticas gerais traçadas contemplam, preferencialmente, os seguintes objetivos:

- ✓ promover a educação e a formação integral humana numa perspectiva ética e de responsabilidade, visando o desenvolvimento do pensamento reflexivo e crítico, do conhecimento científico e do aperfeiçoamento cultural e profissional;
- ✓ oportunizar situações de aprendizagem que possibilitem a formação do cidadão comprometido com a realidade que o cerca, atuando de forma crítica e responsável, tendo condições de participar e produzir em um mundo caracterizado por constantes mudanças;
- ✓ propiciar condições para que teoria e prática sejam ações constantes, tendo como perspectiva a transformação social;
- ✓ formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento considerando a formação técnico-científica, possibilitando ao acadêmico a sua integração na realidade histórica e social, com o comprometimento necessário, atuando de forma crítica e responsável, tendo condições de participar produzir e intervir no desenvolvimento da comunidade regional e da sociedade brasileira;
- ✓ incentivar o trabalho de pesquisa, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e a divulgação dos conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos;
- ✓ promover a extensão, aberta à participação da comunidade, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes do ensino, da criação do conhecimento resultante da pesquisa científica desenvolvida na Faculdade Paraíso e a formação integral do aluno;

- ✓ buscar a fidelização dos seus clientes através de ações pertinentes;
- ✓ pesquisar semestralmente, por amostragem, o nível de satisfação dos alunos e tomar as medidas que os resultados sugerirem;
- ✓ trabalhar constantemente na busca da adesão dos professores e alunos aos objetivos da Instituição como sendo o melhor investimento em qualidade e desenvolvimento;
- ✓ desenvolver estruturas e condições que permitam otimizar o trabalho docente e discente, possibilitando investir mais tempo no processo ensino-aprendizagem;

4.4 Perfil Institucional

A Faculdade Paraíso adotou normas e princípios para embasar e nortear seu desempenho nos campos de ensino, investigação científica e extensão.

A começar de sua engenharia estrutural, são princípios básicos:

- ✓ agilidade na tomada de decisões, evitando-se os lapsos de tempo prejudiciais aos interesses dos corpos docente, discente e técnico - administrativo e, principalmente, às questões didático-pedagógicas;
- ✓ eliminação de superposição de órgãos administrativos, reduzindo-se as possibilidades de *bis in idem*, no exame de casos da mesma natureza (sub e ordem *respectu*);
- ✓ recursos humanos aproveitados sob critérios de racionalidade administrativa, com quadros setoriais enxutos;
- ✓ meios instrucionais e recursos tecnológicos alocados tendo em vista obter o máximo de eficácia na sua utilização;
- ✓ interatividade e harmonia na participação de professores, alunos e funcionários no desempenho da Faculdade;
- ✓ crescimento dos programas pedagógicos, das atividades de investigação científica, das parcerias com as comunidades externas;
- ✓ especificamente com referência aos cursos de graduação, programas e atividades extra-curriculares, a FACULDADE PARAÍSO apresenta as seguintes características:
 - a) transmissão do conhecimento, ensino das matérias/disciplinas e atividades programáticas sob requisitos de interdisciplinaridade;
 - b) busca de aliar o binômio teoria x prática e equilíbrio entre o ensino em classe e o exercício profissional em situações reais de trabalho;

- c) todo o processo educacional centrado no binômio pessoa x mundo, buscando-se o universal através do regional;
- d) profissionalização com comportamento ético, com um perfil do formado afeiçoado às regras da cidadania.

CAPÍTULO V

5 METODOLOGIA

O presente trabalho de pesquisa caracteriza-se, quanto aos objetivos, como do tipo quantitativa descritiva, uma vez que traz uma descrição das características da amostra ou fenômeno da população, a qual foi realizada através de um questionário com 30 alunos que estão sendo beneficiados com o PROUNI, e que ingressaram no Curso de Direito da Faculdade Paraíso – FAP, da cidade de Juazeiro do Norte – CE

No que se refere à pesquisa de campo ela se constitui como um recurso para investigar as opiniões dos estudantes a respeito do PROUNI, feita através de questionário. Neto Cruz (*apud* MINAYO 1996, p. 57) afirma:

Através dela o pesquisador busca obter informações contidas nas falas dos atores sociais. Ela não significa uma conversa desprestigiada e neutra uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.

Com referências aos aspectos técnicos trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, utilizando-se de pesquisas de autores e de pesquisadores, cujos resultados são tratados em livros, revistas, periódicos, os quais são essenciais para fundamentação do presente estudo. De uma forma mais ampla, trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo.

Nesse contexto, González-Rey (2005, p. 32), afirma:

Aqui, o sentido subjetivo aparece indiretamente na qualidade da informação, no lugar de uma palavra em uma narrativa, na comparação das significações atribuídas a conceitos distintos de uma construção, no nível de elaboração diferenciado no tratamento dos temas. Assim, utiliza-se a conversação como processo para conduzir as pessoas estudadas a campos significativos de suas experiências pessoais, os quais são capazes de envolvê-las no sentido subjetivo dos diferentes espaços delimitadores de sua subjetividade individual.

A pesquisa em si apresentou um caráter de análise em razão do estudo de descrever as características de determinada população ou fenômeno, como ainda, o estabelecimento entre estas variáveis, onde o foco está em conhecer características de um universo em estudo (GIL, 2002, p. 19).

Por sua vez, Lakatos (2005, p. 19) afirma que a pesquisa de caráter experimental consiste em investigações de pesquisa empírica cujo objetivo principal é o teste de hipóteses que dizem respeito a relações de tipo causa-efeito. O estudo tem o objetivo de gerar conhecimento para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos.

Ainda segundo Lakatos (2005, p. 118):

[...] a abordagem quantitativo-descritivos consiste em investigações de pesquisa empírica cuja finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chaves. Utilizam várias técnicas como entrevistas, questionários, formulários e empregam procedimentos de amostragem.

Por sua vez, o conhecimento científico se diferencia dos demais, por apresentar característica fundamental à sua veracidade. Isso significa que, uma pesquisa para ser considerada científica, deve possibilitar a identificação das operações mentais e técnicas que permitam a sua verificação, assim como o método que possibilitou chegar a um determinado conhecimento (GIL, 2008).

Gil (2008, p. 08) define método como um “caminho para se chegar a um determinado fim” e método científico “como um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

5.1. Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram do intencional, escolhidos por facilidade de acesso. Portanto, são cinquenta e seis alunos universitários matriculados no Curso de Direito da Faculdade Paraíso em Juazeiro do Norte, instituição particular de ensino que são assistidos pelo Programa Universidade para Todos – PROUNI.

A coleta de dados foi realizada através de um roteiro semi-estruturado de entrevista, em que se utilizaram questões norteadoras.

Selltiz (1965, p. 16) afirma que esse tipo de entrevista é vantajoso em relação ao questionário pela sua maior flexibilidade,

[...] pois existe a possibilidade de repetir as perguntas, ou apresentá-las de outro modo melhor compreensão, ou fazer outras perguntas a fim de esclarecer o sentido de uma resposta. Além disso, o entrevistador pode observar não apenas o que diz o entrevistado, mas também como o diz.

Os dados coletados serão tratados em um capítulo à parte denominado Análise dos Resultados, que pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise de comunicação “visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (recepção destas mensagens)” (MINAYO, 1994).

Encontra-se atualmente inscritos no Prouni da Faculdade Paraíso cinquenta e seis (56) estudantes do curso de Direito, sendo que somente trinta (30) deles participaram da pesquisa.

Segundo Gil (2002), o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo da pesquisa.

5.2 Análise de dados

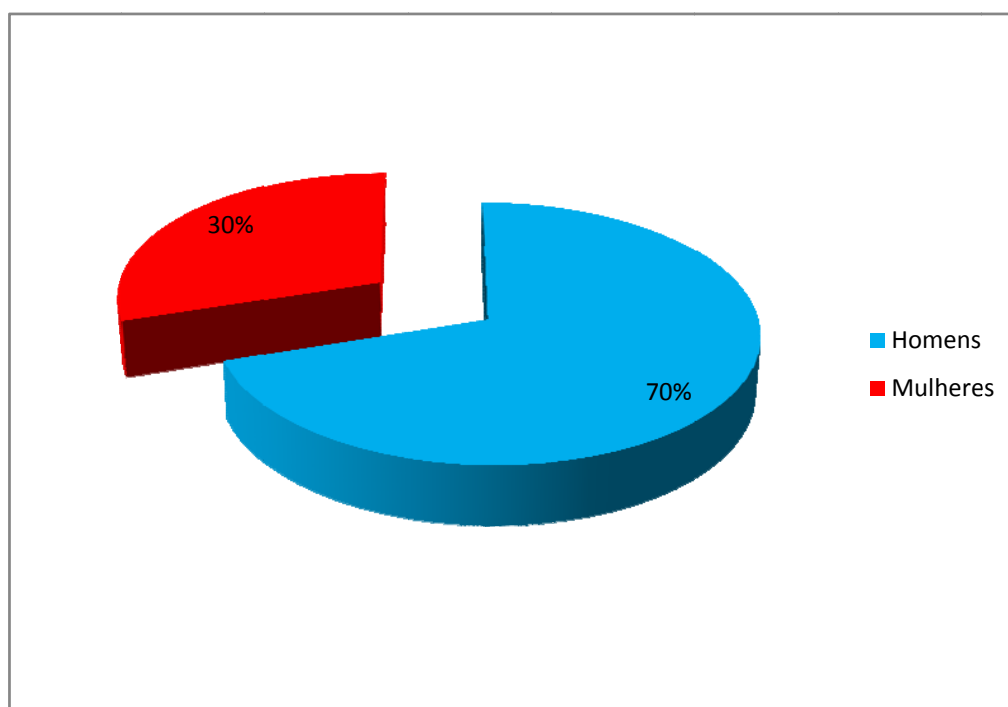
Os dados serão compilados, classificados e analisados de forma descritiva e através de tabelas e gráficos, objetivando melhor compreensão do tema.

CAPÍTULO VI

6. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa realizada no Curso de Direito da Faculdade Paraíso de Juazeiro do Norte entre os dias 5 e 20 de maio de 2012, apresentou os seguintes resultados:

Gráfico 4 – Distribuição dos entrevistados por sexo

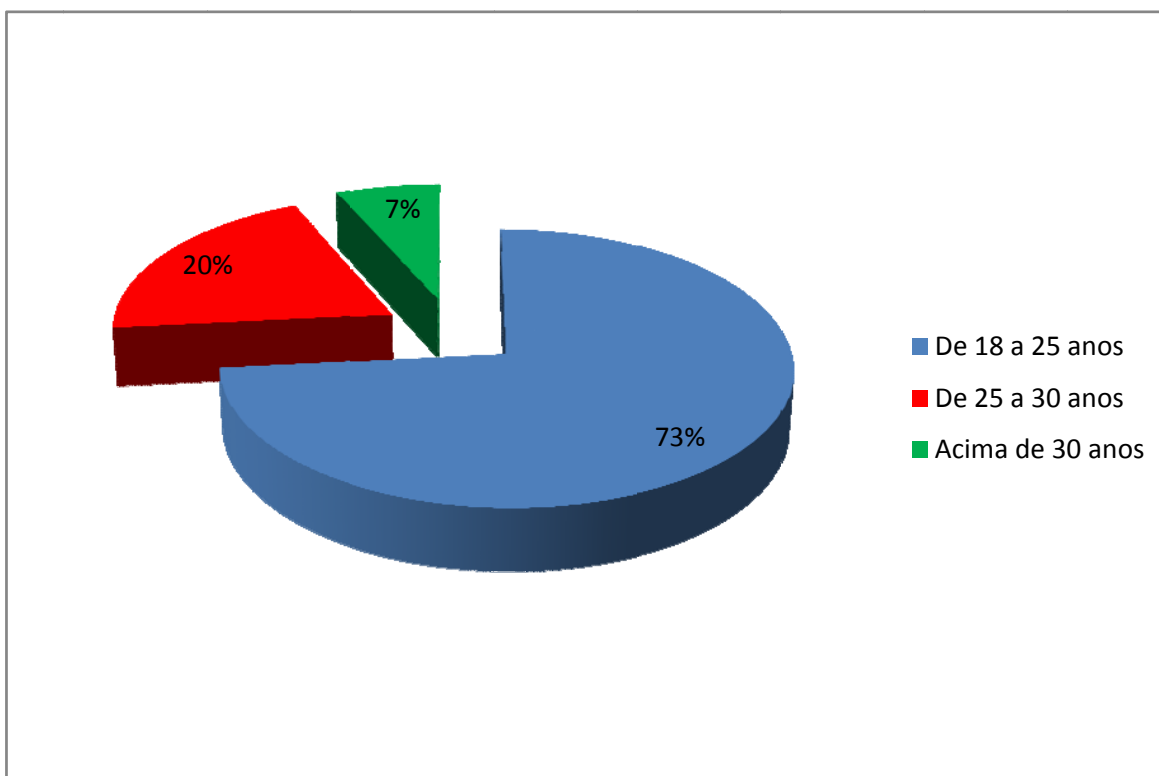


Fonte: Pesquisa Direta, 2012

Dos 30 entrevistados 21 ou 70% são do sexo masculino, e 9 ou 30% são do sexo Feminino, conforme mostra o Gráfico 3. Isso demonstra que o maior número de alunos beneficiados pelo Prouni do Curso de Direito da FAP são do sexo masculino, levando a pesquisadora a deduzir que a área de Direito é mais simpática a estes (Gráfico 4).

Para Carvalho (2005/2006, p. 44)

“[...] Nesse processo corretivo de levar a IES a democratizar o acesso de bolsistas também às graduações mais competitivas, o Prouni manifesta uma característica positiva de inclusão. Com efeito, a maioria dos bolsistas está agora direcionada a cursos profissionais tradicionalmente mais ocupados por homens, como os cursos das engenharias, de Economia, Administração, Relações internacionais.

Gráfico 5 – Distribuidores dos entrevistados de acordo com a idade.

Fonte: Pesquisa Direta, 2012

Referindo-se a idade, a pesquisa mostra que o maior número entre os beneficiários do Prouni estão na faixa etária entre 18 e 25 anos, correspondendo a 73,0% dos entrevistados, o que leva ao entendimento de que os alunos egressos mais recentes do Ensino Médio estão melhores preparados para o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e conseqüentemente para concorrerem a uma vaga pelo Prouni (Gráfico 5).

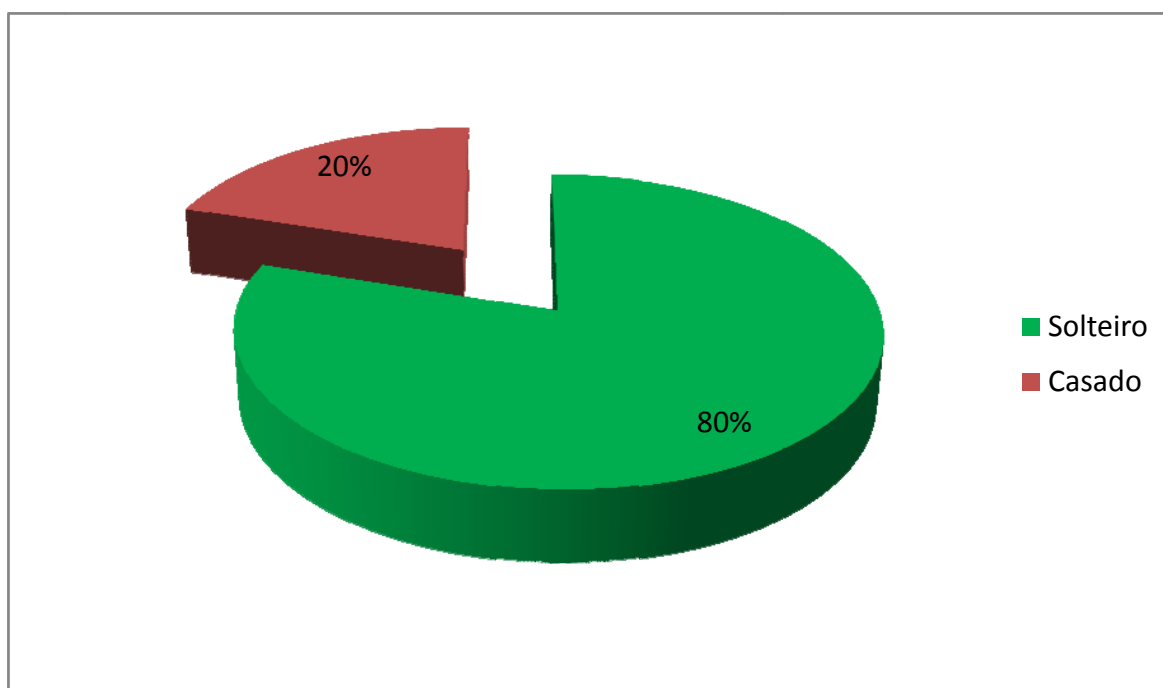
Isto significa dizer que a democratização das políticas educacionais ocorridas no país nas últimas décadas tem apresentado resultados significativos, isto em razão da oferta de vagas nas universidades, onde se registra atualmente que 19% dos alunos matriculados em cursos superiores no país têm entre 25 e 29 anos, ou seja, fazem parte do grupo etário que foi, em algum momento de sua vida, excluído da progressão dos estudos e hoje retoma o percurso (CASTRO, 2007).

A Revista do Ensino Superior (2007, p. 55) a partir de um levantamento estatístico apresentou alguns fatos que têm constituído o perfil dos alunos das escolas superiores no país:

39,73% dos alunos que ingressam no ensino superior têm mais de 25 anos;
53,6% dos estudantes estudam em universidades; 55,7% dos estudantes do

ensino superior são mulheres; 53,7% dos universitários declaram trabalhar em tempo integral; 87% dos alunos das instituições públicas de ensino superior estão nas camadas sociais chamadas C, B ou A; 73% dos alunos do ensino superior têm família cuja renda não ultrapassa dez salários mínimos; 52,2% dos estudantes do Brasil concluem o curso no tempo esperado e regular [...]

Gráfico 6 – Distribuição dos entrevistados de acordo com o estado civil

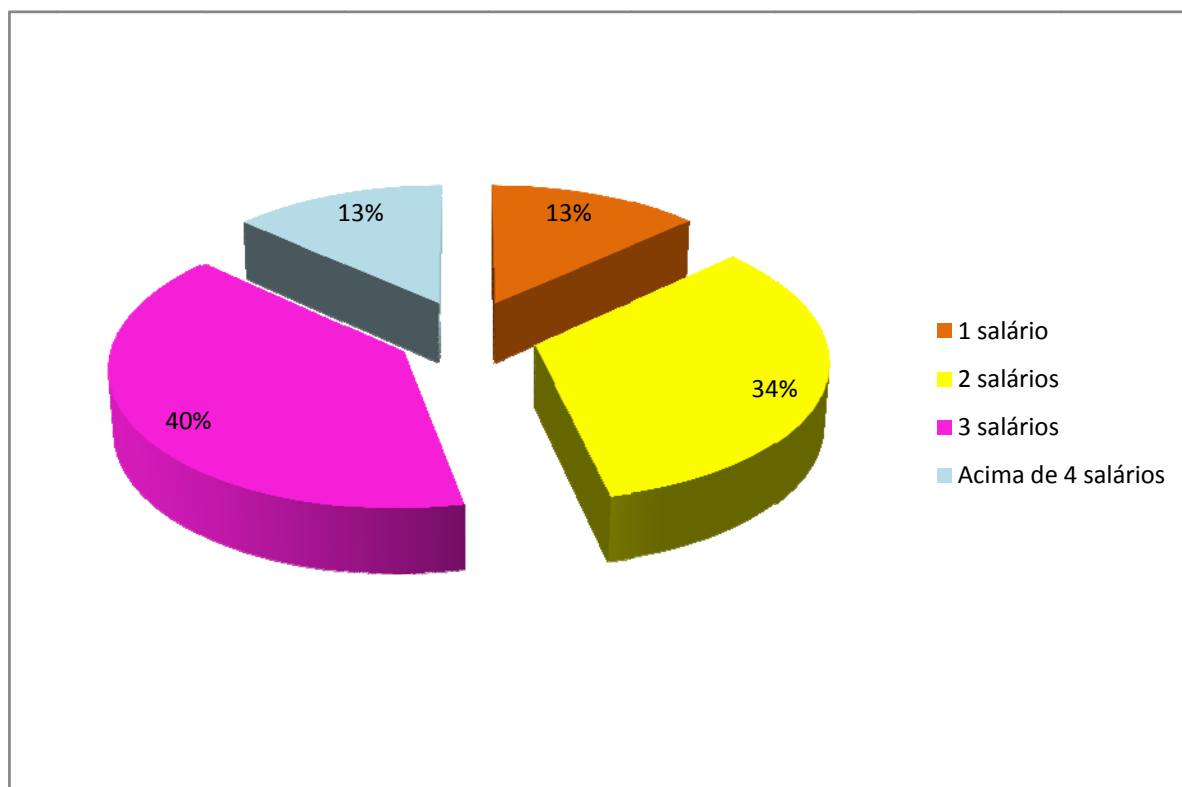


Fonte: Pesquisa Direta, 2012.

De acordo com estado civil dos 30 entrevistados, 24 ou 80,0% eram solteiros, enquanto que apenas 6 ou 20,0% eram casados (Gráfico 6). Com este resultado deduz que os solteiros têm maior disponibilidade para se prepararem para exames como do ENEM e, por conseguinte, mais tempo para o estudo.

Os solteiros são maioria nos dados nacionais (84,65%); este percentual cai para 64,04% nas IFES da região Norte; os casados são 12,14% dos alunos, exceto os das IFES da região Norte, que representam 28,36. Na instituição privada no Brasil mostra que o percentual de estudantes do sexo feminino (58%) é superior ao masculino (42%). Essa superioridade das mulheres é refletida em todas as regiões do Brasil, sendo que, no Nordeste, a superioridade das mulheres é mais acentuada (62% de mulheres contra 38% de homens) (GUIMARÃES, 2006).

Gráfico 7 – Distribuição dos entrevistados de acordo com a renda familiar



Fonte: Pesquisa Direta, 2012.

Em relação a renda familiar dos 30 entrevistados 4 ou 13,0% a renda familiar é de 1 salário Mínimo, 10 ou 30,0% é de 2 Salários; 12 ou 40,0% é de 3 Salários e 4 ou 10,0% acima de 4 Salários. Esses dados mostram que quanto menor a renda familiar, maior a procura pelo Prouni, o que implica no atendimento destes como beneficiários do Programa (Gráfico 7).

Uma das questões importantes do ensino brasileiro está na desigualdade social, onde os mais pobres ainda encontram dificuldade para ingressar nas universidades brasileiras.

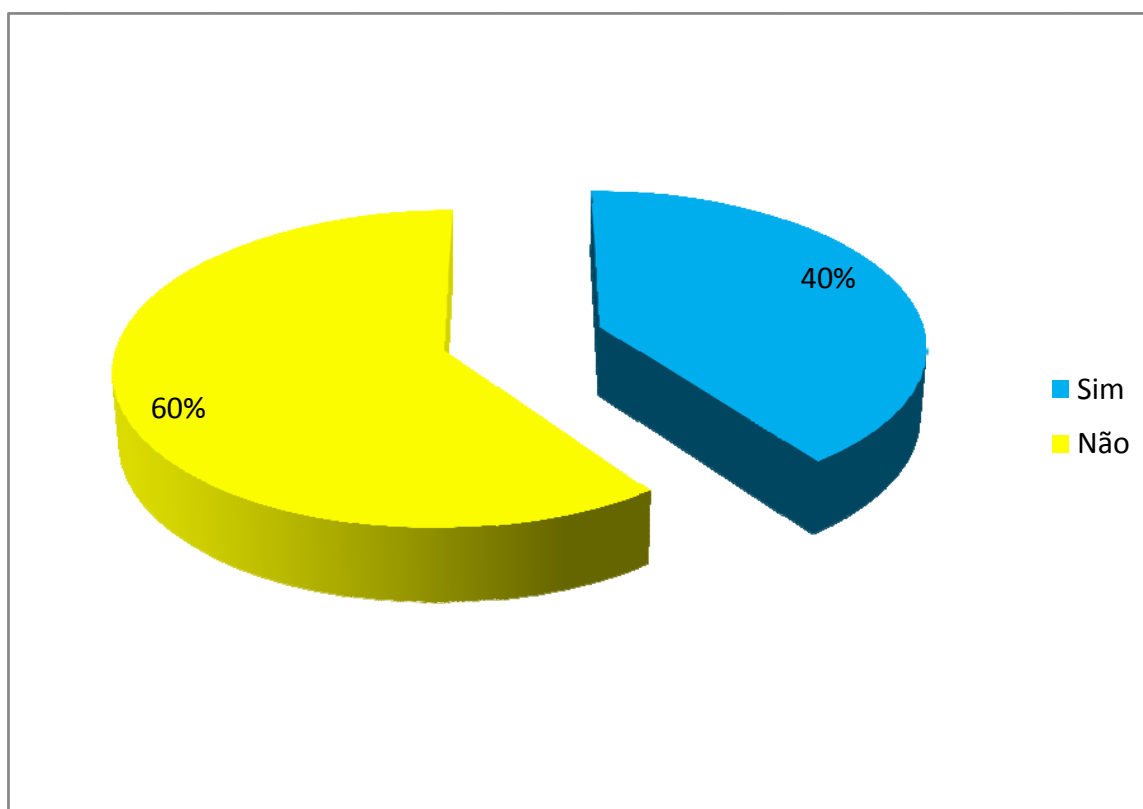
Em concordância com os dados apresentados no Gráfico 7, Leitão (2003, p. 8), tece o seguinte comentário:

[...] a Universidade pública é sim de elite [...] O ensino público abriga a maior parte dos alunos brasileiros em todos os níveis, do pré-escolar ao ensino médio. A relação se inverte é no terceiro grau. O que derruba a tese da professora Ruth Cardoso de que a universidade pública atende à classe média. A elite estuda é nas escolas de elite é o percentual de cada classe social no total dos alunos [...] 60 % dos alunos da Universidade Pública pertencem ao grupo dos 20% mais ricos. Com o quarto quinto, ou seja, o grupo que vem logo após os mais ricos, a conclusão é que mais de 80% dos alunos pertencem à elite.

Ainda se referindo sobre a situação econômica sobre a situação econômica da grande maioria da população brasileira, Camargo e Ferman (2004, p. 23) afirmam:

[...] mais de 70% dos alunos das universidades públicas provêm de famílias cujos membros estão entre os 20% mais ricos da população. Como as universidades públicas são financiadas por impostos pagos por toda a população, inclusive pelos pobres, no Brasil os pobres financiam a educação universitária dos ricos.

Gráfico 8 – Distribuição dos entrevistados de acordo com atividade remunerada



Fonte: Pesquisa Direta, 2012.

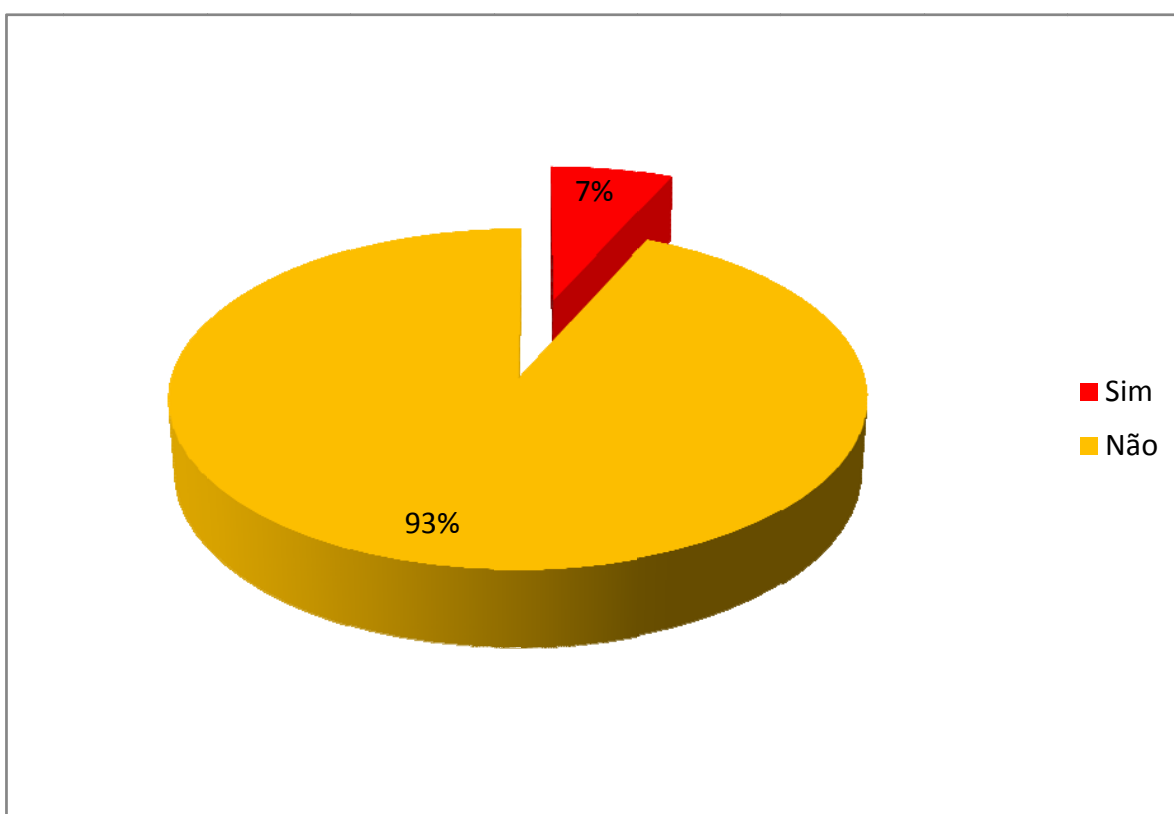
Quando perguntado se o entrevistado exerce alguma atividade remunerada, os resultados foram os seguintes: 12 ou 40,0% responderam que exerciam; enquanto que 18 ou 60,0% não exerciam. Isso demonstra que a maioria dos alunos beneficiários do Prouni do Curso de Direito da Faculdade Paraíso, não exercem atividades remuneradas (Gráfico 8).

Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), mostra que é cada vez mais comum encontrar estudantes que dividem seu tempo entre emprego e estudo. A proporção de universitários que trabalham passou de 63,0% em 1998 para 71,0% em 2008. Segundo especialista do IBGE, o fenômeno

se deve principalmente à inclusão de aluno com menor renda nas faculdades nos últimos anos. São pessoas que precisam de emprego para poder pagar o curso superior (IBGE, 2010).

Muito embora a pesquisa realizada na Faculdade Paraíso demonstre o contrário (Gráfico 8), os números indicam que muitos universitários brasileiros trabalham para pagar os estudos.

Gráfico 9 – Distribuição dos entrevistados no que tange a serem influenciados por si só ou por terceiros a se inscreverem no Prouni



Fonte: Pesquisa Direta, 2012.

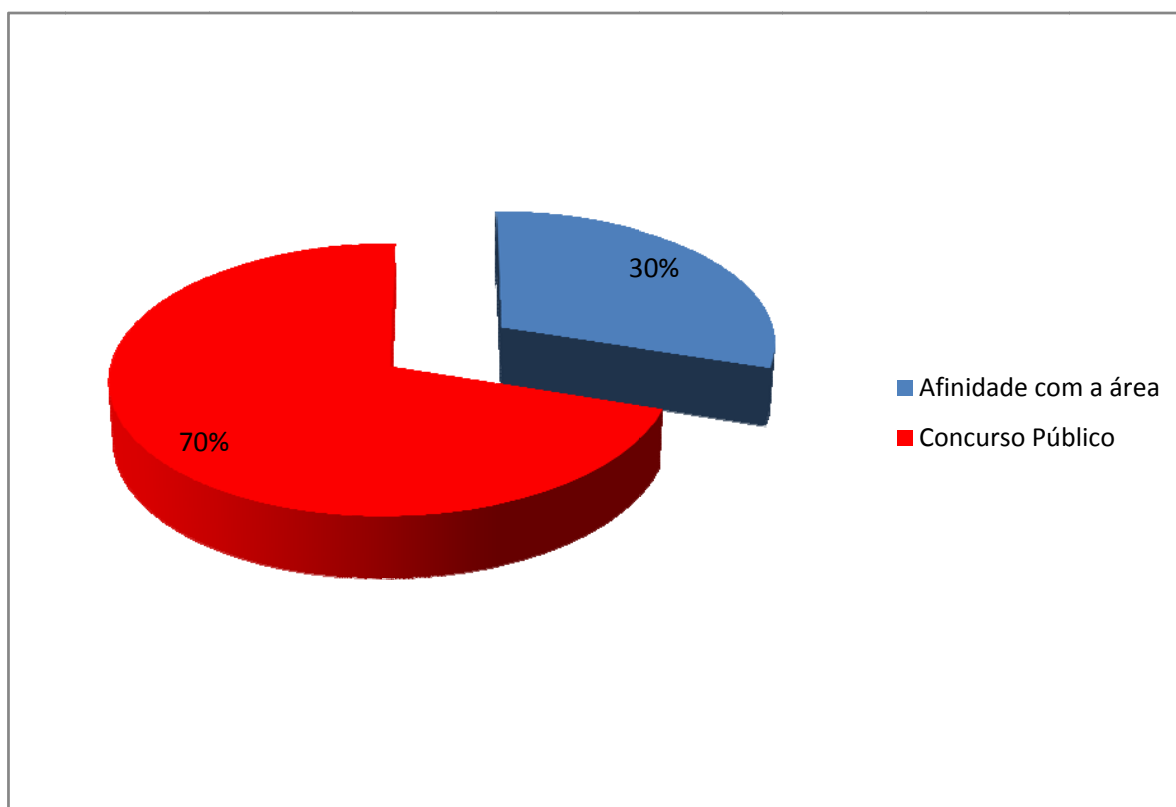
Foi perguntado aos entrevistados se ao inscreverem no Prouni foram influenciados por terceiros ou não. Dos 30 entrevistados, 2 ou 7,0% responderam Sim, e 28 ou 93,0% responderam que Não.

Estes dados mostram que a grande maioria das pessoas que recorrem ao Prouni, o fazem por opção pessoal. Neste sentido, acredita-se que os chamados vinculados através da mídia é um excelente instrumento de convencimento (Gráfico 9).

Quando questionado em relação a qual semestre foi beneficiado com a bolsa do Prouni, os 30 ou 100,0% dos entrevistados responderam que foram contemplados no primeiro semestre.

Quando perguntado aos entrevistados se caso eles não tivessem sido beneficiado por uma bolsa no Prouni, ainda assim, estariam cursando a faculdade? Os 30 ou 100,0% responderam que não. Este resultado deixa claro o baixo poder aquisitivo, impossibilitando-os de adentrarem em uma IES particular, o que só foi possível com o Prouni.

Gráfico 10 – Distribuição dos entrevistados de acordo com a opção pelo Curso de Direito



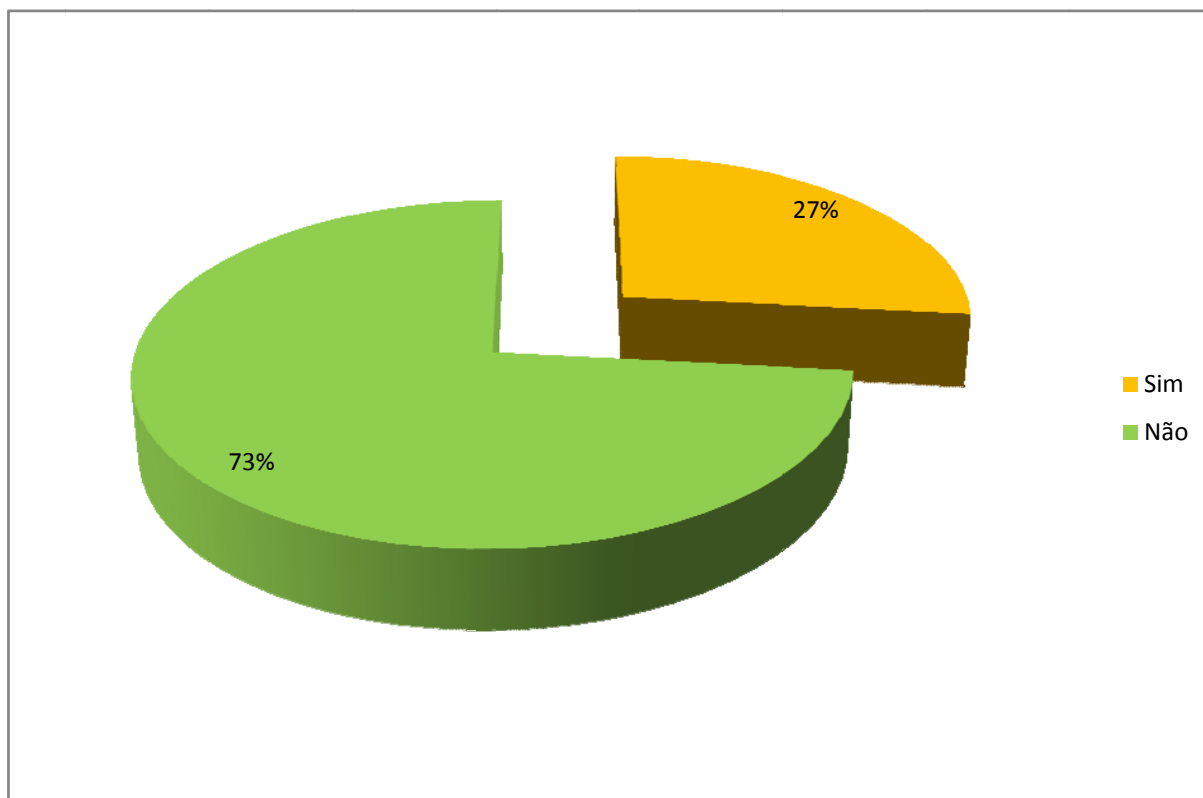
Fonte: Pesquisa Direta, 2012

Quando perguntados o porquê da opção dos entrevistados pelo Curso de Direito, 9 ou 30,0% responderam terem afinidade com a área, enquanto 21 ou 70,0% por vislumbrarem fazer concurso público especialmente no judiciário (Gráfico 10).

Dos 30 entrevistados, 100,0% quando perguntados onde cursaram o Ensino Médio, reponderam que foi na escola pública. Este dado revela que a grande maioria de egressos do ensino médio público recorrem ao Prouni, e este por sua vez vem

cumprindo o que está proposto em suas diretrizes, ou seja, beneficiar o aluno de classe média baixa.

Gráfico 11 – Distribuição dos entrevistados de acordo com as dificuldades de aprendizado na Faculdade



Fonte: Pesquisa Direta, 2012

Quando perguntado aos entrevistados se estes sentiam alguma dificuldade em acompanhar o Curso de Direito 8 ou 27,0% responderam que Sim, em quanto que 22 ou 73,0% responderam que Não. Conclui-se com estes dados que o aluno beneficiário do Prouni demonstra um grande compromisso com o estudo e que apesar de falas em contrário, o ensino médio público fornece base suficiente para prosseguimento no ensino superior (Gráfico 11).

Para Faceira (2010, p. 12):

[...] Outro dado interessantíssimo sobre o bolsistas do ProUni é em relação aos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio - ENADE, os estudantes alcançaram médias iguais ou superiores a de seus colegas nas 14 áreas do conhecimento avaliadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2006.

Em nenhum momento da entrevista percebeu-se nas falas dos entrevistados referências de discriminação por serem estes oriundos de escolas públicas. Pelo

contrário, 100,0% afirmaram nunca terem sido discriminados por colegas ou professores desde que iniciaram o curso.

Quando perguntado aos entrevistados o que os encoraja a concluir o Ensino Superior, obteve-se as seguintes falas:

- *Oportunidade de melhores empregos;*
- *A vontade de aprender e de construir um futuro melhor;*
- *Hoje em dia o próprio fato de militar e trabalhar na área me encoraja;*
- *Ter conhecimento suficiente para conseguir um bom emprego;*
- *Estabilidade financeira e profissional.*
- *A possibilidade de poder estrutura minha família.*

As dificuldades encontradas pelos entrevistados em relação ao Prouni foram: dificuldades em acompanhar os prazos via internet e dificuldades em relação a comprovação junto a instituição.

Quando solicitado aos entrevistados que indicassem quais ações deveriam ser analisadas e viabilizadas pelo MEC, obteve-se os seguinte resultados: 9 acreditam que o MEC deve haver maior fiscalização com relação a situação financeira dos beneficiados pelo programa visando minimizar as fraudes; 15 disponibilizar um número maior de bolsas; 12 estimular a adesão de novas instituições ao programa; 3 maior divulgação do programa e 2 Prazo maior para adesão de candidatos.

Diante de sua experiência como aluno bolsista do Prouni, dê sua sugestão: Em que o programa poderia ser melhorado?

No geral, a maior reivindicação dos alunos é que haja maior oferta no número de bolsas pelo Prouni.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desta dissertação, com a conseqüente realização de estudo sobre o Programa Universidade para Todos - PROUNI, possibilitou que um leque de informações advindas das pesquisas bibliográficas realizadas permitissem a ampliação de conhecimento em relação a políticas públicas, políticas públicas voltadas à educação no Brasil e PROUNI. Em relação a políticas públicas, pode-se afirmar que quando um governo formula, implanta e implementa políticas públicas, está efetivamente realizando programas e ações afirmativas com o intuito de produzir intervenções que gerem mudanças significativas na realidade vigente. No entanto, um ponto observado neste trabalho, mostrou que embora políticas públicas devessem refletir a participação do povo nas decisões a serem tomadas, quanto ao que deve ser feito para o preenchimento de lacunas em relação a garantia dos direitos básicos de seus cidadãos, no mundo real não ocorre exatamente assim, pois as decisões acabam por serem tomadas exclusivamente pelo Estado, e assim gera-se uma certa confusão quando da conceituação das políticas públicas pois o que deveriam ser ações sugeridas pela sociedade e efetivadas pelo Estado, passam a ser também e de forma exclusiva, ações do Estado.

Em se tratando das políticas públicas voltadas à educação no Brasil, esta pesquisa mostrou que neste país as lutas em prol de uma educação que verdadeiramente atenda aos princípios constitucionais de igualdade e gratuidades foram travadas ao longo dos séculos e permanecessem ocorrendo nos dias atuais. Prova disto, são as reformas pelas quais o ensino brasileiro já passou, entre elas, a Reforma Francisco Campos, na década de 30 e as Leis de Diretrizes e Bases que norteiam as ações educacionais desde a LDB 4.024/61, LDB 5.692/71 e a LDB 9.394/96, atualmente em vigor. Estas lutas as quais se faz aqui referências, marcaram a história da educação no Brasil e uma das mais famosas, diz respeito ao “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, que ocorreu em 1932 e cujo objetivo era levar a discussão entre os educadores tradicionais e os renovadores, o modelo de educação da época que privilegiava a elite em detrimento das classes menos favorecidas da sociedade. No tocante a Educação Superior, essa pesquisa mostra que o mesmo foi criado no Brasil no período compreendido entre 1808 e 1821 quando a família real esteve residindo neste país. No entanto, a primeira organização desse ensino em Universidade só veio ocorrer no governo de Epitácio Pessoa, através do decreto nº 14.343/1920, com a criação da Universidade do Rio

de Janeiro. Já o decreto nº 19.851/1931, veio com a finalidade de organizar a vida universitária, prevendo a criação de órgãos e funções como a Reitoria, Conselho Universitário e Assembleia, além da direção de cada escola.

Um ponto que chamou a atenção da autora desta pesquisa diz respeito ao novo quadro do ensino superior no Brasil gerado a partir das políticas implantadas após a Constituição de 1988 e a LDB 9.394/96. Percebe-se que muitas mudanças ocorreram na tentativa de ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior, mas mesmo assim, pode-se afirmar que em termos de população estudantil ainda persiste uma considerável baixa de cobertura, essencialmente nas universidades públicas nas quais o número de matriculados ainda é pouco diante dos números totais da população, de sua diversidade cultural e de fortes desigualdades sociais tão visíveis na sociedade. Essa realidade constituiu-se em condição real para a criação e implantação de políticas públicas com fins de inclusão no ensino superior, onde uma ação concreta neste sentido é o Programa Universidade Para Todos – PROUNI, que criou oportunidades para que alunos das classes sociais menos favorecidas pudessem ocupar as vagas ociosas nas instituições privadas, determinando que as IES privadas devam conceder bolsas até o limite de 10% do total de alunos nelas matriculados. O PROUNI passou a vigorar a partir de 2005 e desde então registra um aumento em seus beneficiários, pois se comparado o ano de 2005 registrando 5.060.956, com o de 2007 quando foram beneficiados 5.191.170, percebe-se um aumento real de 130.804 novos alunos contemplados pelo programa. Desta forma há de se admitir que o mesmo esteja paulatinamente ampliando seu leque de atendimento a mais pessoas.

Uma vez feitas às considerações acima, é chegado o momento de se fazer uma reflexão em relação aos resultados da pesquisa de campo, realizada com beneficiários do PROUNI, na Faculdade Paraíso – FAP. Neste sentido, conclui-se que na grande maioria deles a renda familiar mal chega a dois salários mínimos e que nessas condições, jamais poderiam cursar uma IES privada. Essa condição de carência financeira fez com que estes recorressem ao PROUNI, pois sem esse benefício não estariam estudando. Outro dado importante diz respeito à propaganda que o governo faz circular nos meios de comunicação e que se constitui em ferramenta importantíssima para disseminar as vantagens de recorrer ao programa e aguçar a vontade de fazer um curso superior em todos àqueles que são egressos do ensino médio, principalmente os mais recentes. Ao conversar com os entrevistados, neste caso específico do curso de direito, é reluzente no semblante dos mesmos, a

felicidade por estarem na eminência de se tornarem advogados, e com a grande perspectiva de chegarem a ocupar cargos futuros como Promotores, Juízes, Defensores públicos e outros, uma vez que a grande maioria deseja ao término do curso, realizar concurso para o serviço público, na área da justiça.

Algo que merece destaque nestas considerações finais e que contraria o pensamento pré-estabelecido na autora da pesquisa diz respeito ao fato de que a grande maioria dos entrevistados afirmou não sentir dificuldade quanto ao acompanhamento das disciplinas do curso, pois segundo os mesmos, acompanham sem nenhum problema. Diz-se aqui que contraria uma opinião já formada, pelo fato de que há em meio à sociedade um pensamento forte que credita às escolas públicas a incapacidade de bem preparar seus alunos para o prosseguimento dos estudos nas IES. Ouvir esta opinião dos alunos foi realmente gratificante, pois evidencia que estes irão ser bem sucedidos no seu curso o que sem dúvida os deixará preparados e instrumentalizados cientificamente para buscarem com mais certeza um lugar só seu em meio a uma sociedade cuja concorrência é cada vez maior e as oportunidades só serão aproveitadas por aqueles que fizerem parte do plantel dos melhores.

Chega-se então ao final desta dissertação e, por conseguinte das considerações finais, com a certeza de que embora o PROUNI ainda não possibilite uma cobertura desejada diante do grande número de alunos que gostaria e precisa cursar o nível superior, mesmo assim se materializa em porta de acesso aos alunos oriundos das camadas mais carentes da sociedade brasileira, para orgulhosamente cursarem nas IES, a faculdade dos seus sonhos. Algo que segundo os próprios entrevistados, jamais seria possível sem o PROUNI. Diante desta verdade constatada pela pesquisadora, fica aqui registrado o quanto é importante que pesquisas relacionadas a este programa continuem sendo realizadas e que estas possam mostrar que a cada ano cresce o número de beneficiados, mas, que paralelo a esse crescimento, cresce também o número de egressos do ensino médio em meio as camadas menos privilegiadas da sociedade e que neste sentido o governo federal, através do Ministério da educação deverá criar mecanismos que possibilite o aumento de vagas ofertadas pelo programa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de A. **História da Educação**. 2 ed. ver. e atual.. São Paulo:Moderna, 1996.

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira fins**. 5ª ed. São Paulo, Melhoramentos, 1960.

AZEVEDO, Fernando. **Novos caminhos e novos fins**. 7ª ed. São Paulo, Melhoramentos, 1970.

AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas**: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BELLONI, Isaura. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2001.

BONETI, Lindomar Wessler. Educação inclusiva ou acesso à educação? In: ANAIS da 28º Encontro da ANPED. GT- **Política de educação superior**. Caxambu, MG: 2005.

BRASIL, 1946. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Constituicao/Constituicao46>. Acessado em: 08/04/2012.

BRASIL. **Lei no 9.393/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília/DF, Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. MEC. Projeto de Lei nº. 3.582 28 mar. 2004. Dispõe sobre a instituição do Programa Universidade para Todos-ProUni, e dá outras providências. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: www.camara.gov.br/sileg/integras. Acesso em 10 de maio de 2012. julho. 2007.

CAMARGO, José Marcio e FERMAN, Bruno. **Cotas e desigualdade**. São Paulo, Editora SENAC, 2001.

CARVALHO, José Carmelo. Cursos Pré-Vestibulares Comunitário e seus condicionantes pedagógicos: um diagnóstico delineado com base em surveys e em práticas institucionais. In: **Cadernos de Pesquisa**, nº 128, agosto de 2006, p 299-326.

CASTRO, C. de M. **Educação brasileira**: consertos e remendos. Rio de Janeiro: Rocco, 2007

CATANI, A.M.; HEY, A.P.; GILIOLI, R. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar em Revista**. Curitiba, UFPR, n. 28, 2005.

COSTA, Cruz. **Pequena história da República**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

DAVIÉE, Robert. Planejamento de Educação no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, 10-8-37, janeiro/março, 1966.

FACEIRA, Lobelia da Silva. **Programa Universidade Para Todos: Política de Inclusão Acadêmica e Social? Novo Enfoque.** Disponível em: <<http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoco/files/07/06.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2012.

FEE – Fundação de Economia e Estatística – Governo do Rio Grande do Sul. **A Política Social Brasileira: 1930 – 64.** Porto Alegre: FEE, 1983.

FERNANDES. Antonio Sergio Araujo. **Políticas públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social.** IN DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (orgs). **Introdução à política brasileira**, São Paulo. Paulus. 2006.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade.** São Paulo: Moraes, 1988.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª ed. 10ª. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Nilma Lino. Cotas para a população negra e a democratização da universidade pública. In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda (org.). **Universidade e democracia: experiências e alternativas para a ampliação do acesso à universidade pública brasileira.** Belo Horizonte: UFMG Ed., 2004.

GONZÁLEZ-REY, Fernando. **Os processos de construção da informação na pesquisa qualitativa orientada pela epistemologia qualitativa.** IN: GONZÁLEZ-REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetividade.** Os processos de construção da informação. São Paulo: Thomson Learning, 2005.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. **Demografia dos negócios: campo de estudo, perspectivas e aplicações.** Demographicas, Campinas, ABEP, v. 3, 2006.

Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Império brasileiro.** São Paulo: Grijalbo/Edusp, 1972.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em 15 de junho de 2012.

INEP. **Censo da Educação Superior 2004.** Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acessado em 20 de abril de 2012.

LAKATOS, E M. **Fundamentos da metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LATERZA, Moacyr e RIOS, Terezinha. **Filosofia da educação.** (Fundamentos) Vols. I e II. São Paulo, Header, 1971.

LDB – **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

- LEITÃO, Miriam. **Cristovam acertou sobre a universidade**. São Paulo, Diário de São Paulo, 14 set. 2003, p. B-4.
- MACEDO, Arthur Roqueti de. *et al.* **Educação Superior no Século XXI e a Reforma Universitária Brasileira**. Rio de Janeiro: CESGRANRIO, 2005.
- MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, poder e comunicação**. São Paulo ed. Cortez, 2002.
- MINAYO, M^a Cecília de Sousa. **O desejo do conhecimento**. Pesquisa Qualitativa em Saúde. 3 ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1994.
- MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Folha de São Paulo, 22 jun. 2004.
- PACHECO, Eliezer; RISTOFF, Dilvo I. **Educação superior: democratizando o acesso**. Brasília: INEP, 2004.
- PORTO, Cláudio; RÉGNIER, Karla. O Ensino Superior no Mundo e no Brasil. Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003.
- REVISTA ENSINO SUPERIOR. **O que os números revelam: o retrato do ensino superior**. São Paulo: ano 10, n. 115, 2007.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 13^a. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SÁ, Nicanor Palhares. **Política Educacional e Populismo no Brasil**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- SAVIANI, Dermeval. **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- SELLTIZ (org.). **Métodos de Pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1965.
- SILVA JUNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. A educação superior privada no Brasil: novos traços de identidade. In: SGUISSARDI, Valdemar (orgs). **Educação superior: velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2005.
- SILVA, Alexandre Vitorino. **O desafio das ações afirmativas no direito brasileiro**. (mimeo) Brasília: UnB, 2004.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2006.
- SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2006.
- SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. IN Sociologias n^o 16. Junho/dezembro 2003.

STALLIVIERI, Luciane. **O Sistema de Ensino Superior do Brasil: Características, Tendências e Perspectivas.** Caixas do Sul: Universidade de Caxias do sul. (s/d).

VERZA, Severino Batista. **As Políticas públicas de educação no município.** Ijuí ed. UNIJUÍ, 2000

A P Ê N D I C E

11). Você sente alguma dificuldade na compreensão dos conteúdos ministrados nas aulas do curso?

12). Em algum momento se sentiu discriminado por colegas e/ou professores por ser bolsista do PROUNI?

() Sim () Não

13). O que mais o(a) encoraja a concluir o ensino superior? _____

14). Onde você encontrou maior dificuldade com relação ao Prouni:

- () acompanhamento dos prazos via internet
- () dificuldade em acessar o site
- () dificuldade no entendimento das perguntas do questionário
- () dificuldade no preenchimento do questionário
- () dificuldade com relação a comprovação das informações junto à instituição
- () outros

No caso de outros, especifique:

15). Das opções abaixo, marque aquela(s) que você considera, deveria ser analisada e viabilizada pelo MEC

- () Prazo maior para adesão de candidatos
- () Maior divulgação do programa
- () Fiscalização com relação a situação financeira dos beneficiados pelo programa visando minimizar as fraudes
- () disponibilizar um número maior de bolsas
- () estimular a adesão de novas instituições ao programa

16). Diante de sua experiência como aluno bolsista do Prouni, dê sua sugestão: Em que o programa poderia ser melhorado?

MUITO OBRIGADO!